

Diretor
Filipe Alves
Diretores Adjuntos
Leonídio Paulo Ferreira
e **Nuno Vinha**
Subdiretoras
Cecília Carmo
e **Margarida**
Vaqueiro Lopes

Segunda-feira
21.9.2026
Diário
Ano 162.º No. 57 300
€2,20
www.dn.pt
Fundado em 1864,
o seu Arquivo
é Tesouro Nacional

Tamila Holub
Olímpica troca a piscina
pela neve e aponta
aos Jogos de Inverno
PÁGS. 26-27



Arte
Inês Zenha
mostra 'Águas
Turvas' no CAM.
Uma imersão
subterrânea
na estranheza
PÁGS. 28-29

EPA / MANUEL FERNANDO ARAÚJO

3-1

FC Porto-Benfica
Porto vence primeiro clássico
do campeonato e abre
vantagem na liderança

ÚLTIMA



Coerência
"Sextorsão"
é criminalidade
violenta?

PÁGS. 10-11

Centros de Saúde
Há mais 107 mil
portugueses com
médico de família

PÁGS. 12-13

Combustíveis
Governo sem
margem para
alívio fiscal
nos impostos

PÁG. 18

DN Brasil
Sondagens
inovadoras
que tentam
decifrar eleições

PÁG. 16

Alemanha
Merz assume
"desastre" eleitoral,
mas mantém-se
como chanceler

PÁG. 24



Sanna Marin

ANTIGA PRIMEIRA-MINISTRA FINLANDESA

"Quando caças
russos invadirem
o espaço aéreo
europeu devemos
abatê-los e dar um
sinal claro
a Putin"

PÁGS. 20-21



PJ resiste a Luís Neves e só perde para as Forças Armadas na confiança dos portugueses

SONDAGEM DN/AXIMAGE Numa análise ao grau de confiança dos cidadãos em relação a 13 instituições, a Polícia Judiciária obtém 59% de avaliações positivas. Governo é quem tem o pior resultado, seguido de perto pelos sindicatos. Setor da Justiça também não convence inquiridos. PÁGS. 6-7



Editorial

Margarida Vaqueiro Lopes

Subdiretora do Diário de Notícias

A Grande Crise está aqui

Quando a covid-19 começou por encerrar o mundo, em Portugal acreditámos que seria apenas durante 15 dias – a possibilidade de se decretar Estados de Emergência durante “apenas” duas semanas de cada vez ajudou à ilusão; quando a Rússia invadiu a Ucrânia, em 2022, acreditámos que a guerra terminaria dentro de algumas semanas, e que o gás seria o catalisador desse final.

Numa entrevista à revista *Exame*, em fevereiro desse ano, Miguel Monjardino, especialista em geopolítica, mostrava-se cautelosamente otimista: “Estou plenamente convencido de que o senhor Putin, se puder, não quer usar a força armada. Quer é uma negociação que obrigue a Ucrânia e ceder naquilo que para ele é fundamental. E que os EUA, através da NATO, garantam a sua segurança na Europa. No fundo, ele quer ser ouvido. Agora tudo dependerá do que irá acontecer nas próximas semanas”.

As semanas passaram a anos, o interlocutor nos EUA mudou – de um experiente e reconhecidamente diplomático Joe Biden passámos para um imprevisível Donald Trump – e nova guerra bateu à porta do mundo, em fevereiro deste ano, quando Israel e os EUA decidiram atacar o Irão na famosa operação *Fúria Épica*. Trump garantia, então, que a guerra duraria “poucas semanas” – entrámos, entretanto, no sétimo mês de conflito.

O mundo foi assistindo, boquiaberto, ao escalar de um conflito que foi envolvendo cada vez mais países – Arábia Saudita, Líbano... – e que está a mexer, mais uma vez, no xadrez geopolítico. Não é por acaso que Ursula von der Leyen estendeu a mão a Carney, numa iniciativa inédita de trazer para junto da União Europeia o Canadá, com um estatuto especial de aliado do bloco económico.

Aquilo que há uma década era certo está a ser dinamitado a cada semana



que passa, não apenas pela irascibilidade de algumas lideranças, mas também pela inércia de outras. A NATO, que ainda deu sinais de alguma vitalidade em 2022, tem-se mantido numa espécie de hibernação, e o mundo parece ter entrado num momento de respiração sustida para aguentar os próximos embates. Só que o problema dos conflitos longos é que eles moem, mesmo quando não matam logo – além de que estes já mataram muito mais do que seria imaginável há quatro anos.

Moem física e psicologicamente e, muito importante, porque afeta tudo o resto, moem a economia. Foi, por isso, sem surpresa que assistimos às mais recentes declarações do CEO da gigante petrolífera Chevron, Mike Wirth: “A grande crise global dos combustíveis já chegou”, disse.

Durante um evento numa universidade, o executivo avisou quanto ao facto de as reservas estratégicas de petróleo estarem totalmente esgotadas, enquanto já foram esgotados todos os mecanismos de prevenção possíveis. A escassez de petróleo é real e os preços vão continuar a aumentar e a dificultar a vida dos consumidores – dos EUA à Europa, os preços não param de bater recordes e não há sinais de alívio.

Em Portugal, apesar dos esforços do Governo, que tem aumentado o apoio aos consumidores, em termos de combustíveis, a fatura já vai alta: desde o início da guerra iniciada pelos EUA no Irão, os condutores do país gastaram 1,16 mil milhões a mais para se deslocarem de carro, segundo contas do jornal *Eco* – um valor que teria sido de 1,37 mil milhões sem a redução do ISP e

que, ao contrário do que alguns apregoam, não está a ser compensado pelo IVA. Os cofres do Estado estão, para já, a perder.

No entanto, os aumentos não se ficam pelos combustíveis. À boleia deles, sobe o preço dos alimentos – a carne de novilho disparou 117% desde 2022, o bacalhau graúdo custa mais 89% e a pescada aumentou 104% –, aumentam os preços das viagens, da restauração, da produção industrial, dos juros... a crise é sentida por empresas e consumidores a cada dia que passa e as declarações de Wirth só confirmam aquilo que todos sentimos diariamente: há uma grave crise à nossa porta e, por mais que não a queiramos deixar entrar, ela tem-se conseguido esgueirar por todas as frechas e falhas na construção.

E se todas as medidas tentadas até agora estão a falhar, talvez esteja na hora de inovar. Quando, em 1997, a Coreia do Sul recebeu um resgate de 58,4 mil milhões de dólares por parte do FMI, porque foi fortemente atingida pela grande crise asiática, o governo viu-se forçado a fazer uma transformação profunda do seu modelo económico: ao invés de reconstruir apenas os grandes conglomerados industriais que tinham sustentado o país até então, decidiu investir em força em indústrias culturais e tecnológicas, por exemplo.

Se, hoje, o fenómeno do *K-Pop* está estampado em *T-shirts* de todo o mundo e movimenta milhões de euros, é bom recordar que o investimento começou há três décadas. Talvez esteja na altura de Portugal começar, finalmente, a pensar a longo prazo, ao invés de continuar a tentar sobreviver apenas ao próximo ciclo eleitoral. Até porque os eleitores estão mais do que dispostos a acolher mudanças. Resta-nos esperar que tenham como optar pelas mudanças certas.



Global Media
21.9.2026

Direção Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos), Cecília Carmo e Margarida Vaqueiro Lopes (Subdiretoras) **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira e Rui Frias **Editor executivo adjunto** Ricardo Simões Ferreira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Alexandra Tavares-Teles, Fernanda Cância e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro, Nuno Braga e Sofia Fonseca **Redatores** Adelaide Cabral, Amanda Lima, Ana Meireles, Carla Aguiar, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Frederico Bártolo, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Nuno Tibiriçá, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques, Tomás Gonçalves Pereira e Vítor Moita Cordeiro **Arte** Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e Susana Gonçalves **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) Margarida Vaqueiro Lopes (Diretora Executiva) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** Reinaldo Rodrigues (Editor), Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão e Paulo Spranger **Comunicação e Marketing** Sabina Estreia **Redes Sociais** Carolina Lorena **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Frederico Bártolo, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **Diretor Geral Editorial** Filipe Alves **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Sede e Redação** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa. **Tel.:** 213187679. **Fax:** 213 187 515; **Publicidade:** 213 187 500. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de dezembro 2025: 6 084 exps.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos apct



Women'sHealth Men'sHealth

Health FEST

26 SETEMBRO
MAAT GARDEN
LISBOA

HYROX
CROSSFIT
BODY COMBAT
DANCE&FUN
HIIT...

SHOWCOOKING
TALKS
CONCURSOS DE CAPA
RUN CLUB

ENTRADA GRATUITA
DAS 9 AS 21H

OFERTA
HEALTHY
BAG



Luís Osório

Se Manuel Serrão for culpado

Não sei se Manuel Serrão burlou o Estado em dezenas de milhões de euros como é acusado pelo Ministério Público no processo-crime *Operação Maestro*. O processo está na fase de inquérito e o empresário aguarda pelo julgamento. Espero que seja inocente pela memória de Daniel Serrão, seu pai. O professor Serrão, felizmente, morreu há quase dez anos. Ter-lhe-ia sido penoso ser testemunha de uma suspeição ética tão grave em relação ao filho – é que ele foi, na história da Medicina portuguesa, um dos exemplos máximos de combate por uma ideia ética. Mestre de Manuel Sobrinho Simões e de outros médicos que marcaram o tempo, corajoso no modo como não sacrificou o que defendia quando se dá o 25 de Abril, considerado o pai da Bioética e um dos primeiros na Faculdade de Medicina a introduzir o debate sobre deontologia médica. Podia ter mil defeitos, ser um privilegiado, um príncipe da Medicina ou até ter laivos de arrogância, mas era inatacável nos princípios, ficava doente quando alguém não era sério, quando políticos, alunos, colegas, amigos ou familiares eram menos exemplares do que podiam ou deviam ser. Daniel Serrão não suportaria que o mais velho dos seus seis filhos estivesse envolvido num esquema de desvio de dinheiro. É por isso que acredito na sua inocência pois a outra hipótese seria demasiadamente penosa. Se Manuel Serrão for culpado, se os indícios se confirmarem, seria a evidência de que não há limites para a escandalosa imaginação do destino. Se for culpado a sua pena na vida será bem maior do que qualquer sentença decretada por um juiz.



OLHAR

Em Winterthur (Suíça) os cães foram “reis” por um dia. Este domingo os donos foram autorizados a levá-los à piscina, uma atividade que é proibida durante todo o verão. A exceção é o chamado *Dia de Natação dos Cães*, quando os animais são autorizados a utilizá-la. Nos dias anteriores a administração suspende a colocação de cloro, o que torna a água totalmente segura para os cães. Quando termina a atividade, a piscina é esvaziada até ao próximo verão.

FOTO EPA / MICHAEL BUHOLZER



Tabuleiro global Jorge Silva Carvalho

O alvo não é a crença, é a decisão

Na madrugada de 15 de Setembro, caças italianos do policiamento aéreo da NATO abateram sobre a Lituânia um *drone* vindo provavelmente da Bielorrússia, o primeiro ali abatido e que, segundo a Força Aérea lituana, transportaria explosivos. Dois dias antes, alarme igual, Aeroporto de Vilnius fechado, caças no ar. Eram aves. O episódio parece cómico e não é: o bando produziu de graça, e sem autor, parte do efeito que o *drone* produziu com custo, e uma interceptação com dois caças pode custar perto de cem mil dólares antes mesmo de se disparar um míssil. Quando isso acontece, o problema já não está no espaço aéreo.

Para perceber onde está, é preciso ir buscar dois homens que nunca se encontraram.

Vladimir Lefebvre nasceu em Leninegrado, foi investigador militar soviético e morreu professor na Califórnia. Deixou-nos o controlo reflexivo, “*refleksivnoe*

“*upravlenie*” no original: o processo pelo qual um adversário entrega ao outro a base sobre a qual este decidirá. Era a resposta soviética à teoria dos jogos, em que não se calcula a jogada alheia, fornecem-se os pressupostos de onde ela sairá. E o critério de êxito é contra-intuitivo: quando corre bem, o alvo não se sente confuso, nem pressionado, sente que decidiu bem e por vontade própria.

Nada disto flutua no ar. A doutrina russa inscreve-o no confronto informacional, técnico e psicológico, porque não se entregam premissas a quem decide, sem antes moldar o que ele vê e tem por credível. A mensagem e o canal são o instrumento. A decisão é o alvo.

John Boyd era piloto de caça americano e nunca publicou um livro. Deu-nos, entre outras coisas, o ciclo OODA: observar, orientar, decidir, agir. O seu contributo maior não é a velocidade, é a segunda fase. Orientar é onde estão os modelos mentais com

que interpretamos o que vemos, e determina o que olhamos a seguir. Uma orientação distorcida não produz só decisões erradas, produz quem procure os dados que as confirmam.

Junte-se o soviético ao americano e a guerra híbrida fica legível. Boyd ataca o ciclo inteiro pelo tempo, e o sintoma é visível: confusão, desordem, colapso. Lefebvre ataca apenas a orientação, e em silêncio. Daí a preferência de Moscovo pela acção ambígua: uma agressão assinada facilitaria a resposta política comum e poria a aliança em movimento, ao passo que a incursão de autoria incerta pode até ser abatida, a interceptação militar funciona e funcionou, sem que se resolva a divergência entre 32 capitais sobre o passo seguinte. O que emperra não é o caça, é a decisão política, e o artigo 4.º prevê consulta, não autorização automática.

A ambiguidade sobre a origem pode ser parte da operação, ainda que não prove que ela exista. E convém dizê-lo, porque a informação evoluiu: o presidente lituano admitiu, entretanto, que o *drone* se teria desviado de uma missão contra a Ucrânia. O episódio ilustra uma vulnerabilidade, não demonstra uma intenção. Mas a vulnerabilidade é o ponto, porque é dela que uma operação de controlo reflexivo se serviria, exista ela ou não neste caso.

E chegamos à parte incómoda. Se o objectivo não é que acreditemos seja no que for, mas que de-

moremos a decidir, cada semana passada a discutir se era *drone* ou ave, russo ou bielorrusso, se cabe no artigo 4.º, é uma semana em que o efeito é produzido por nós, sem custo para quem o quis. O debate não é a reacção à operação, é o produto dela. Esta crónica incluída.

Não se conclua que o remédio é o silêncio. Não decidir também é decidir, e é a decisão que interessa ao adversário. O remédio é encurtar a orientação: atribuir depressa, publicar a atribuição mesmo quando incomoda e fixar, de antemão, a resposta devida a cada tipo de incidente, para que nenhum reabra a discussão de raiz. Quem responde por critérios definidos de antemão é mais difícil de conduzir.

Uma ressalva, porque também aqui se erra por excesso. O controlo reflexivo é doutrina, não mecanismo provado, e boa parte da literatura Ocidental aplica-o para trás, a comportamentos já observados. Explicar toda a hesitação europeia como desenho de Moscovo retira-nos agência e é, em si mesma, uma oferta ao adversário. Nem tudo o que corre mal na Europa foi decidido lá.

Mas quem decide sem saber de onde lhe vieram as premissas já não está a decidir sozinho.

Analista de Estratégia, Segurança e Defesa

Escreve sem aplicação do Acordo Ortográfico



O mundo visto do centro Bernardo Ivo Cruz

O novo mapa de riscos da ONU

A ONU publicou a 15 de setembro o último *Relatório de Risco Global*, em que mais de 1300 responsáveis de governos, empresas, sociedade civil e das Nações Unidas, em 155 países, avaliaram 28 riscos quanto à probabilidade, gravidade, horizonte temporal e preparação das instituições multilaterais.

Da sua leitura resulta uma distinção importante: há riscos que desaparecem e outros em que apenas deixamos de pensar. A diferença importa porque governos e organizações internacionais investem dinheiro e capital político no que consideram urgente. Mas os riscos deixados para trás não desaparecem. O que mudou foi a hierarquia do medo.

Em 2024, as principais preocupações eram o ambiente, a desinformação e a saúde. Em 2026, a guerra regressou ao centro, subindo ao 4.º lugar dos riscos avaliados. Mais de um terço dos inquiridos espera um impacto significativo dentro de um ano e 76% em sete. A guerra e as tensões geopolíticas estão entre os cinco principais riscos em seis das sete regiões; há dois anos, isso acontecia apenas numa.

Num mundo de rearmamento, guerras e rivalidade entre potências, é fácil perceber porquê. E, embora a Inteligência Artificial suba cinco lugares, o clima e a saúde pública perderam atenção relativa.

O relatório mede perce-

**“
Talvez o principal aviso do relatório esteja mais no que não diz do que naquilo que diz. O maior perigo pode não estar nos riscos do topo da tabela, (...)”**

ções. Não prevê o futuro. E é por isso que importa. Nenhuma ameaça se torna menos perigosa porque outra passou a ocupar os jornais e as televisões: as alterações climáticas não esperam pelo fim das guerras e uma nova pandemia não aguardará que resolvamos os conflitos atuais. Mas a atenção política é finita e o dinheiro e as instituições acompanham-na.

Talvez o principal aviso do relatório esteja mais no que não diz do que naquilo que diz. O maior perigo pode não estar nos riscos do topo da tabela, mas na tendência para substituir uma preocupação por outra, confundindo mudança de atenção com mudança da realidade.

Esta será a parte mais difícil de governar num mundo de crises sucessivas. Gerir riscos não é escolher qual merece toda a

atenção. É ter instituições capazes de acompanhar vários ao mesmo tempo, sem que a emergência de hoje nos faça abandonar a preparação para a crise de amanhã.

Portugal deve lê-lo com particular responsabilidade. Em junho, foi eleito para o Conselho de Segurança para 2027-2028, a quarta vez que ali ocupa um lugar, agora com uma candidatura construída em torno de três palavras: prevenção, parceria e proteção. O relatório pode ser lido como o caderno de encargos desse mandato.

Prevenir é agir antes de a ameaça virar crise, respondendo ao urgente sem abandonar o que continua importante. Na Defesa, é preciso reforçar a capacidade no Atlântico, no ciberespaço e nas infraestruturas críticas. No Clima, um ano menos devastador pelos incêndios não significa que o risco estrutural tenha diminuído. E, na Inteligência Artificial, centenas de milhões não bastarão se a Europa continuar dependente de computação, dados e plataformas de terceiros.

Nos próximos anos teremos novas crises a exigir decisões imediatas. Algumas estão nestes 28 riscos e outras ainda não conhecemos. O desafio não será apenas perceber para onde olhar, mas não esquecer os riscos e desafios que deixámos de olhar.

Professor Convidado
UCP/UNL/UÉ



PODER LOCAL

Da janela do meu bairro Davide Amado

A autoridade que não se vê

Esta semana, nas comemorações dos 135 anos da Polícia Municipal, Carlos Moedas declarou-se “satisfeito”. O ministro da Administração Interna acabara de garantir que a PSP reforçará Lisboa, “em princípio”, até ao final do ano. Vale a pena recordar a epopeia.

A 12 de maio, Luís Montenegro prometeu 200 agentes da PSP e 100 polícias municipais para a capital. Em agosto, Moedas queixava-se de não ter recebido um único. O gabinete do ministro desmentiu-o publicamente, assegurando que o reforço “já está no terreno”. Um mês volvido, o mesmo ministro promete o mesmo reforço para o final do ano, e Moedas dá-se por contente. Entre a exigência e o conformismo não aconteceu nada. Nem agentes, nem explicação.

Não é um caso isolado. Carlos Moedas é mesmo assim. Na Assembleia Municipal de 15 de setembro, pediu ao Governo o cancelamento imediato do sistema Volta, que classificou como “um drama social sem precedentes”. A resposta chegou no dia seguinte, em duas linhas: a ministra do Ambiente recusou, invocou obrigações europeias e declarou o sistema um sucesso. Na mesma sessão, o presidente da Câmara qualificou a descentralização da educação de “erro brutal”, jurou que nunca aceitará a da Saúde e acusou os muni-

cípios de serem “tarefeiros dos governos”. Silêncio em São Bento. Acrescente-se o Licenciamento Zero, cuja revisão reclama há anos e que continua tal e qual. Muita voz grossa não o faz sentar-se na mesa dos adultos.

O problema que aqui se levanta não é de segurança, de resíduos, nem de escolas. É de autoridade. Ou da falta dela. Desde junho, Moedas é vice-presidente do PSD, promovido pelo próprio Montenegro ao lado de Pedro Duarte e Sebastião Bugalho, numa linha de sucessão desenhada à vista de todos. Um vice-presidente do partido que governa não consegue arrancar ao seu próprio Governo nem

**“
Um vice-presidente do partido que governa não consegue arrancar ao seu próprio Governo nem 200 polícias (...). Ou o cargo não vale nada, ou quem o ocupa não tem peso político. (...)”**

200 polícias, nem a suspensão de uma medida que diz estar a devastar a cidade que administra. Ou o cargo não vale nada, ou quem o ocupa não tem peso político. Nenhuma das hipóteses o favorece.

Repare-se no calendário. As críticas de Moedas adensam-se quando as sondagens apertam. Esta semana, um estudo do Observador sobre mais de mil inquiridos concluiu que o desgaste de Montenegro só é superado pelo de Passos Coelho e pela dupla Durão-Santana; a *tracking poll* da CNN colocou a AD em 3.º lugar, atrás do PS e do Chega, com o primeiro-ministro nos 34% de aprovação. É nesse preciso momento que o autarca sobe o tom. Não para resolver Lisboa: para se descolar de um barco que mete água.

O terreno, porém, já tem dono. Há meses que Pedro Passos Coelho ocupa o espaço da crítica interna e voltou agora a exigir que Montenegro esteja “à altura da tradição do PSD”. Fá-lo sem cargos a proteger. Moedas faz o inverso: critica de dentro da direção, sem custo e sem resultado. A isso não se chama coragem política. Chama-se posicionamento. E os lisboetas continuam à espera dos polícias.

Deputado à Assembleia da República eleito pelo PS.
Presidente do PS Lisboa

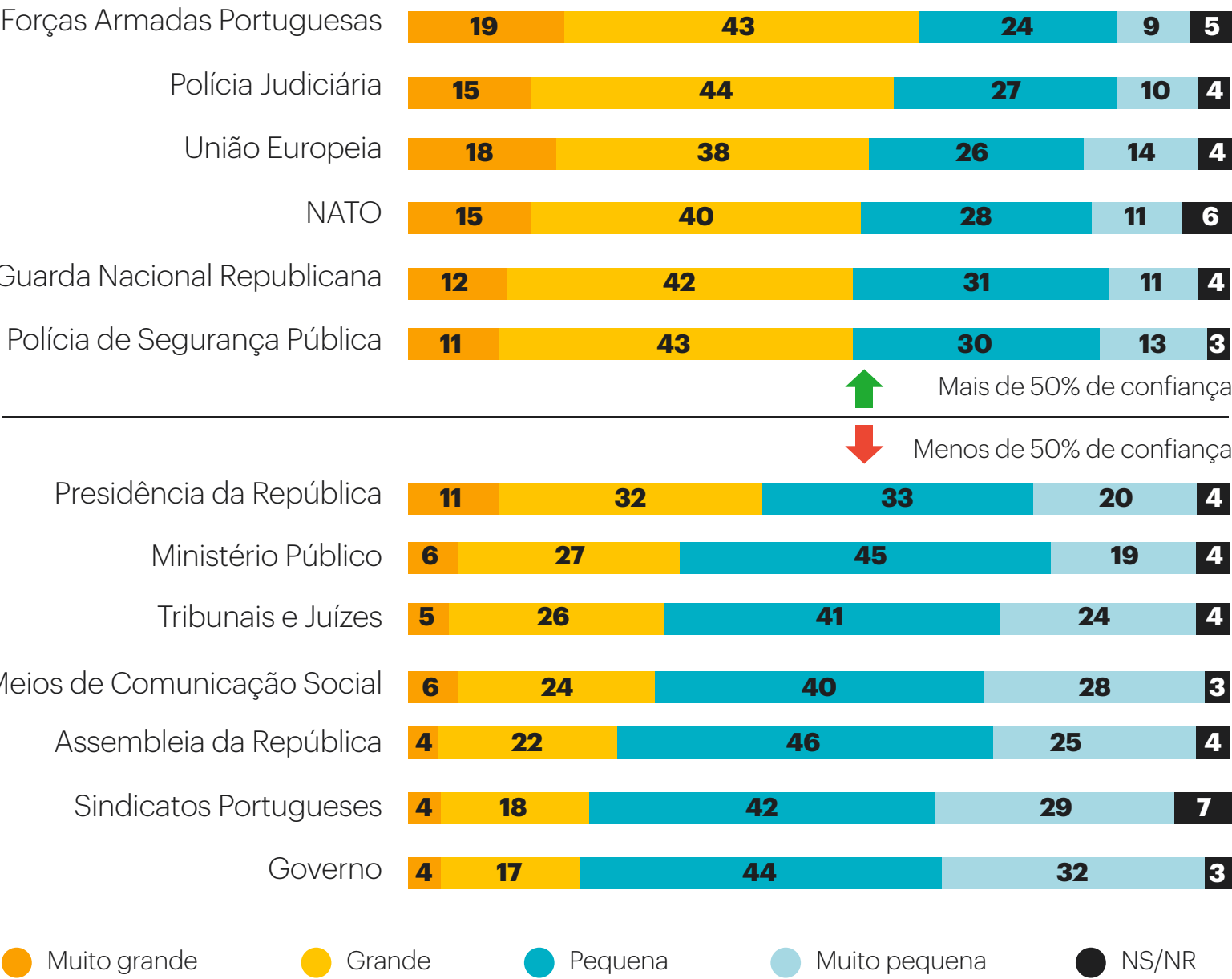
PJ resiste a vendaval Luís Neves e só perde para Forças Armadas na confiança dos portugueses

SONDAGEM DN/AXIMAGE Numa análise ao grau de confiança dos cidadãos em relação a 13 instituições, a Polícia Judiciária obtém 59% de avaliações positivas. Governo é quem tem o pior resultado, seguido de perto pelos sindicatos. Setor da Justiça também não convence inquiridos.

TEXTO PEDRO SEQUEIRA

Confiança nas Instituições

Qual o seu grau de confiança nas nossas instituições?



A sucessão de casos que envolvem o ministro da Administração Interna, Luís Neves, e que remontam ao período em que este liderou a Polícia Judiciária (PJ) – de junho 2018 a fevereiro de 2026 –, fez soar alarmes em São Bento e em Belém sobre o potencial impacto negativo que estas polémicas poderiam ter na imagem da força policial e na credibilidade da instituição. Contudo, mais de dois meses após as primeiras revelações (o caso das obras numa propriedade do governante em Odemira, noticiado pelo *Nascer do Sol*), uma sondagem da Aximage para o Diário de Notícias mostra que a maioria dos portugueses continua a creditar positivamente o trabalho desenvolvido pela PJ, com um grau de confiança que só é superado pelo atribuído às Forças Armadas.

Além dos três inquéritos de foro criminal que decorrem no Ministério Público (investiga-se as obras no monte alentejano de Luís Neves, realizadas pelo empreiteiro João Carvalho, dono da Construbarcels; o caso do atrelado apreendido numa operação contra o tráfico de droga e que foi encontrado num armazém desta empresa; e a utilização por parte do ministro de um carro apreendido a um traficante), também o ministério da Justiça ordenou uma auditoria ao funcionamento da PJ. A ministra Rita Alarcão Júdice justificou a decisão com a necessidade de “proteger a PJ e defender as instituições”. Uma preocupação alinhada com a do Presidente da República, que já a expressou publicamente. “Todos temos responsabilidades, no âmbito das competências que a Constituição atribui aos órgãos de soberania, de preservar a dignidade das nossas instituições e os valores que fazem a nossa democracia e o nosso Estado de Direito”, afirmou António José Seguro, em agosto, pedindo ainda que “os inquéritos, auditorias e investigações que estão a ser feitas decorram o mais rapidamente possível”.

Ainda assim, apesar de todo o ruído à volta da PJ, 59% dos inquiridos na sondagem dizem ter um grau de confiança “muito grande” (15%) ou “grande” (44%) nesta força policial, contra os 37% que têm confiança “pequena” (27%) ou “muito pequena” (10%). O trabalho de campo da sondagem teve lugar nos dias 14 e 15 de setembro, com 500 entrevistas. Ou



PAULO JORGE MAGALHÃES/GLOBAL IMAGENS

Equipa forense da PJ em ação num cenário de crime. Grau de confiança no trabalho da Judicária é positivo.

seja, já depois de revelados todos os casos que envolvem o ministro, já depois do chumbo da moção de censura do Chega ao Governo por não demitir Luís Neves, e já depois de Carlos Cabreiro, atual diretor da PJ, ter sido denunciado por, alegadamente, mentir em tribunal no processo do hacker Rui Pinto (o MP confirmou a abertura de um inquérito precisamente no dia 14 de setembro). O que sugere que a imagem da PJ junto dos portugueses resistiu mesmo ao vendaval.

Forças policiais e militares dominam

No total, foram avaliadas na sondagem 13 instituições, sendo que

apenas seis conseguiram ficar em terreno positivo no grau de confiança dos portugueses. Destas, cinco operam na área militar ou na segurança pública. As Forças Armadas são a instituição que maior confiança desperta nos portugueses, somando 62% de respostas positivas, divididas entre confiança “muito grande” (19%) e “grande” (43%). A PJ vem logo atrás, seguida pela NATO (55% na soma de confiança “muito grande” e “grande”). Depois surgem Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana. As duas conseguem um patamar positivo de 54%, com uma ligeira vantagem para a GNR, já que alcança 13% no grau de confiança “muito grande” – um ponto percentual acima da PSP.

A fechar o lote de seis instituições com avaliação positiva surge a União Europeia, cujo trabalho consegue recolher em Portugal 18% de confiança “muito grande” e 38% “grande”.

Governo é o mais castigado

No reverso da medalha, o Governo é a instituição que, de acordo a sondagem, menos confiança inspira nos portugueses. Ao todo, 76% dos inquiridos dizem ter um grau de confiança “pequeno” (44%) ou “muito pequeno” (32%) no conjunto de ministros e secretários de Estado que formam o Governo liderado por Luís Montenegro, contra 17% que têm confiança “grande” e apenas 4% cujo grau é “muito grande”. Olhando para os dados da sondagem, segmentados por eleitores (voto nas legislativas de maio de 2025), o Executivo escapa por apenas um ponto percentual a uma avaliação de confiança negativa dentro

do próprio eleitorado da AD (51% vs. 50%).

Na comparação com outras instituições políticas, embora nenhuma atinja patamar positivo, o Governo fica atrás da Assembleia da República (71% na soma de confiança “pequena” e “muito pequena”), presidida pelo social-democrata Aguiar-Branco, e da Presidência da República (53%), cargo atualmente desempenhado por António José Seguro, ex-secretário-geral do PS.

Na edição da última sexta-feira, o DN também avançou, no âmbito do barómetro DN/Aximage, que a maioria dos portugueses quer uma mudança de Governo (64%) e que a AD recolhe apenas 21,9% nas intenções de voto, atrás do PS (29,1%) e do Chega (28,6%), ao mesmo tempo em que Luís Montenegro (19%) também fica atrás de André Ventura (27,4%) e José Luís Carneiro (27,1%) quando os inquiridos respondem sobre quem é a figura mais indicada para desempenhar o cargo de primeiro-ministro.

Pouca confiança na Justiça

O setor da Justiça também sai mal na fotografia. A ação dos tribunais e juizes fica pelos 31% de grau de confiança “muito grande” (5%) ou “grande” (26%), abaixo dos 33% de avaliações positivas ao trabalho do Ministério Público, com especial índice de fraca confiança vinda dos eleitores do Chega e da Iniciativa Liberal, os que mais penalizam os protagonistas judiciais.

Também em terreno negativo surgem os meios de comunicação social e os sindicatos, com, respetivamente, uma soma de 68% e 71% de grau de confiança “pequeno” e “muito pequeno”.

DETALHES

AD DESTACA-SE NO APOIO ÀS FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas Portuguesas são a instituição que recolhe maior grau de confiança nos portugueses, entre as 13 analisadas, sendo que esse apoio é ainda mais expressivo junto dos eleitores que votaram nos partidos da AD (PSD e CDS) nas legislativas de 2025, atingindo os 77% de opiniões positivas, divididos entre os que têm confiança “muito grande” (22%) e “grande” (55%). Os três ramos das Forças Armadas estão sob tutela do ministério da Defesa, o único no atual Governo que é liderado por um dirigente do CDS, no caso o próprio presidente dos centristas, Nuno Melo.

SEGURANÇA: AD E PS SUPERAM CHEGA

Olhando para os dados da sondagem segmentados por preferência eleitoral pode verificar-se que, entre os votantes nas três maiores forças políticas do parlamento, os do Chega ficam atrás dos da AD e dos do PS no grau de confiança que depositam nas três forças de segurança, embora todos tenham opinião maioritariamente positiva. Somando as respostas de confiança “muito grande” e “grande”, a PJ alcança 73% na AD, 66% no PS e 57% no Chega; a GNR consegue 65% na AD, 54% no PS e 53% no Chega; e a PSP obtém 63% na AD, 58% no PS e 52% no Chega.

CHEGA COM POUCA CONFIANÇA NA UE

A União Europeia é a única das seis instituições em terreno positivo na confiança dos portugueses que não atua, exclusivamente, nos setores da segurança ou da Defesa. A maioria dos eleitores do Chega (61%) têm um grau de confiança “pequeno” (36%) ou “muito pequeno” (25%) na UE, em contraste com o que acontece junto de quem votou na AD e PS.

PS chama ministro da Educação à AR

O PS avançou com um pedido para uma audição parlamentar urgente do ministro da Educação, Fernando Alexandre, para esclarecer a situação dos alunos que continuam sem vaga nas escolas, exigindo que os responsáveis políticos “sejam responsabilizados”.

A iniciativa surge uma semana após o arranque do ano letivo, marcado por denúncias de famílias que não conseguiram vagas em escolas para os filhos.

O deputado socialista Miguel Cabrita, em declarações à Lusa, sustentou que “chegámos ao princípio do ano letivo com uma situação inédita em décadas”, apontando para “pelo menos mais de mil alunos, na área de Lisboa em particular, mas também com focos noutros pontos do país, sem colocação na escola”. Para o PS, “isto é grave, tem de ser explicado”.

Os socialistas querem que Fernando Alexandre diga no Parlamento quantos alunos “estavam nesta circunstância” e que esclareça “o que é que aconteceu para que não tivesse existido a devida preparação do ano letivo”. Miguel Cabrita acusou o Governo de tentar normalizar o problema, observando que a “fasquia está tão baixa” que o Governo quer vender “a ideia de que isto é normal e aceitável ou que se deve a uma circunstância qualquer extraordinária”.

O deputado criticou ainda o comportamento do ministro da Educação, afirmando que Fernando Alexandre “tem sido pródigo em arranjar responsáveis e explicações que nunca o envolvem ele próprio nem as suas ações ou inações”.

V.M.C.

Ficha técnica

Objetivo do Estudo: Sondagem de opinião realizada pela Aximage, Lda., para o DN relativa a barómetro político e temas da atualidade.

Universo: Indivíduos maiores de 18 anos eleitores e residentes em Portugal.

Amostra: Amostragem por quotas, obtida a partir de uma matriz cruzando sexo, idade e região (NUTSII), a partir do universo conhecido, reequilibrada por género (2), grupo etário (4) e região (4). A amostra consiste em entrevistas efetivas: 500 entrevistas CAWI; 245 homens e 255 mulheres; 100 entre os 18 e os 34 anos, 124 entre os 35 e os 49 anos, 136 entre os 50 e os 64 anos e 140 para os 65 e mais anos; Norte 182, Centro 107, Sul e Ilhas 67, Área Metropolitana de Lisboa 144.

Técnica: Aplicação online – CAWI (Computer Assisted Web Interviewing) – de um questionário estruturado, devidamente adaptado ao suporte utilizado, a um painel de indivíduos que preenchem as quotas pré-determinadas. O trabalho de campo decorreu entre 14 e 15 de setembro de 2026. Taxa de resposta: 95,60%.

Margem de erro: O erro máximo de amostragem deste estudo, para um intervalo de confiança de 95%, é de + ou - 4,4%.

Responsabilidade do estudo: Aximage, Lda., sob a direção técnica de Ana Carla Basílio.

Luísa Salgueiro vê “um certo consenso” entre PS e AD para rever a lei eleitoral autárquica

PODER LOCAL Autarca socialista de Matosinhos espera avanço no Parlamento para uma reforma que considera essencial para reforçar exercício do poder local. E critica Governo por manter congelada a revisão da Lei das Finanças Locais. Sobre o futuro político, fecha portas a uma possível candidatura ao Porto.

TEXTO **FREDERICO BÁRTOLO**

Autarca de Matosinhos, a cumprir o último mandato à frente da Câmara, e uma das figuras mais influentes do PS para as políticas de poder local, Luísa Salgueiro considera que deve ser aproveitada a base de entendimento que diz existir entre os socialistas e a AD para avançar no Parlamento com a reforma da lei eleitoral autárquica. Por outro lado, critica o Governo por manter “congelada” a revisão da Lei das Finanças Locais, que considera essencial para reduzir as disparidades territoriais.

Após a última convenção autárquica do PS, no passado fim de semana, Luísa Salgueiro diz ao DN acreditar que a reformulação da lei eleitoral autárquica terá caminho para ser feita no Parlamento com a AD. “Penso que estamos de acordo com a necessidade de rever a lei eleitoral, no sentido de permitir que os membros do Executivo saiam de uma lista única. Há um certo consenso. É preciso um modelo que dê garantia de estabilidade aos executivos, garantindo que quem ganha as eleições possa ter, pelo menos, maioria mais um”, defende.

A proposta passa por permitir que a candidatura vencedora assegure a maioria dos membros do executivo municipal, em vez de o executivo resultar da distribuição de mandatos entre diferentes listas, como acontece atualmente. A autarca diz que “há uma fragilização no exercício do poder executivo” com o atual modelo, quando “já é pouco tempo ter quatro anos [período do mandato autárquico] para se definir prioridades e desenvolver procedimentos.”

Crítica “processo congelado” na Lei das Finanças Locais

O líder socialista José Luís Carneiro apresentou em Leiria, na con-



venção autárquica, propostas para duplicação da receita de IRS e IVA a ser entregue às autarquias. Conselheira do líder socialista no Secretariado Nacional para o poder local, Luísa Salgueiro vê nessas propostas “uma forma de mitigar a disparidade territorial que existe”, apontando a mira a uma revisão da Lei das Finanças Locais que continua por aprovar e que, diz, “já devia ter entrado em vigor no início do mandato autárquico, de acordo com o ministro da Economia e Coesão Territorial, Castro Almeida”. “É um processo congelado”, critica.

Salgueiro lamenta ainda que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a qual presidiu de 2021 a 2025, não faça parte do grupo de trabalho e que não se faça o acompanhamento de “valores que foram calculados

pela primeira vez no último acordo e que precisavam de ser reavaliados.” “A versão final já foi deixada no mandato anterior” da ANMP, garante, colocando a hipótese de que “se é preciso tanto tempo para fazer uma versão final, então, provavelmente o Governo vai rasgar a proposta da ANMP”.

Salientando que, no final de agosto, chegou ao fim o ciclo de investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) negociados ainda com o Governo de António Costa, Luísa Salgueiro contesta a redução do financiamento estatal aos projetos de habitação, com a “comparticipação em 60% do Governo para a habitação”, “ao contrário dos 100% contemplados anteriormente no PRR”. Uma nova Lei das Finanças Locais poderia, de-

fende, ajudar a compensar esse impacto, sobretudo nos municípios de menor dimensão.

Um novo referendo na regionalização

Assumindo-se como uma “convicta regionalista”, admite ser necessário preparar o terreno para um novo referendo sobre a regionalização, depois de PS e Livre terem já colocado este ano o tema no Parlamento.

“É preciso debatermos e envolvermos a participação pública. O referendo [de 1998] não venceu, na minha opinião, porque não havia um mapa claro das regiões. Hoje, o mapa das cinco regiões correspondentes às CCDR [Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional] está assumido pela população e não faz sentido voltar a dis-

Porto “não está nos planos”

Ao entrar no Secretariado Nacional do PS em abril de 2026, Luísa Salgueiro abdicou de ser presidente da concelhia de Matosinhos, liderada agora por Carlos Mouta, de quem diz estar capacitado para ir a eleições em 2029: “Acho que estamos a fazer um trabalho para que a Câmara tenha aqui quem me possa suceder, para que eu possa sair tranquilamente com a Câmara bem entregue.” Sobre o futuro, a advogada vê-se “ligada à política”, mas “sem planos além de 2029”. Sobre uma possível candidatura à Câmara do Porto, Luísa Salgueiro descarta prontamente o cenário: “Quis muito ser presidente em Matosinhos. Há muitos anos que estou ligada a esta câmara e não está nos meus planos ser presidente de outra autarquia”, diz ao DN.

cuti-lo”, defende.

Sobre “o fantasma de se criarem novos cargos”, lembra que foi feito um grupo de trabalho na Assembleia da República, presidido por João Cravinho, que, segundo a autarca, demonstra que cada região precisa de ter cinco executivos. “No total das regiões estamos a falar de 25 cargos executivos, e que não são todos novos, porque alguns sairão de entidades já existentes, havendo ainda a dissolução de várias direções gerais”, contrapõe, em resposta às posições assumidas por forças políticas como a Iniciativa Liberal e o Chega, que têm apontado esse argumento na crítica à regionalização.

“Passaram 50 anos, é tempo suficiente para sabermos que este modelo atual não está a funcionar para gerar coesão”, reitera.



GERARDO SANTOS



Criada no tempo da hegemonia do PCP

A Associação dos Municípios da Região de Setúbal foi fundada em 1983, quando todas as câmaras municipais do distrito tinham maiorias absolutas comunistas, graças às vitórias eleitorais da Aliança Povo Unido (APU), precursora da Coligação Democrática Unitária (CDU), nos antípodas do então Governo da Aliança Democrática, que tinha Francisco Pinto Balsemão enquanto primeiro-ministro. Criada para “promover estudos, elaborar e gerir planos comuns nos domínios da cultura, educação, informação, saúde, segurança social, urbanismo, defesa do meio ambiente e das infraestruturas com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações do distrito”, a associação teve intervenção na contestação ao desmantelamento da Quimigal (Barreiro) e da Lisnave (Almada).

AD quer unir oposição para retirar Seixal de associação de municípios

AUTARQUIAS Vereador Bruno Vasconcelos aponta gastos elevados e irrelevância da Associação de Municípios da Região de Setúbal, que perdeu maioria dos associados. Proposta precisava dos votos do PS e Chega, mas não foi inserida na ordem de trabalhos, e a saída pode ser por consenso.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

O vereador da Câmara do Seixal eleito pela AD, Bruno Vasconcelos, apresentou uma proposta de deliberação para a autarquia, presidida pelo comunista Paulo Silva, abandonar a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS). Só seria aprovada se todos os outros vereadores da oposição votassem a favor na reunião do executivo, incluindo os três do Chega e os três do PS, aos quais foram atribuídos pelouros, mas não foi incluída na ordem de trabalhos da próxima quarta-feira, levando o social-democrata a perguntar ao presidente se foi “por lapso” ou por “algum motivo específico”.

Na proposta, Vasconcelos alega que a AMRS se tornou uma “estrutura pesada, burocrática e onerosa, sem retorno proporcio-

nal para os munícipes do Seixal”. E que a contribuição para o orçamento “tem vindo a aumentar de forma insustentável”, de 235.561 para 334.097 euros anuais, a partir de 2024, o que “representa um peso financeiro desproporcionado e injustificável para o erário municipal, sem que se identifique um benefício direto e mensurável para os seixalenses”.

Em declarações ao DN, Vasconcelos associa o aumento da contribuição financeira do Seixal ao esvaziamento da AMRS, que nos últimos anos viu sair Almada, Barreiro e Moita. O que se agravou no final de 2025, após a CDU perder Setúbal para o movimento independente de Dolores Meira, que seguiu o exemplo dos autarcas socialistas. “Os municípios estão a sair e os encargos são os mesmos, porque a estrutura tem

muita gente afeta ao PCP”, acusa. Certo é que a AMRS junta apenas Alcácer do Sal (PS), Montijo (independente), Palmela (CDU), Seixal (CDU) e Seixal (CDU).

Para acabar com aquilo que o eleito pela AD define como “um modelo de desperdício de recursos públicos, incompatível com a boa gestão financeira e com a defesa dos interesses dos cidadãos do concelho”, a deliberação teria de ser aprovada pela maioria dos vereadores, mesmo contra a vontade do presidente da autarquia e restantes eleitos pela CDU. E, de seguida, aprovada na Assembleia Municipal do Seixal.

A 12 de dezembro de 2025, os deputados municipais do PS, Chega, PSD e Iniciativa Liberal aprovaram uma moção – com voto contra da CDU e abstenção do Bloco de Esquerda – que insta-

va o executivo de Paulo Silva a iniciar e promover os procedimentos necessários à saída da AMRS. Mas esse processo não avançou.

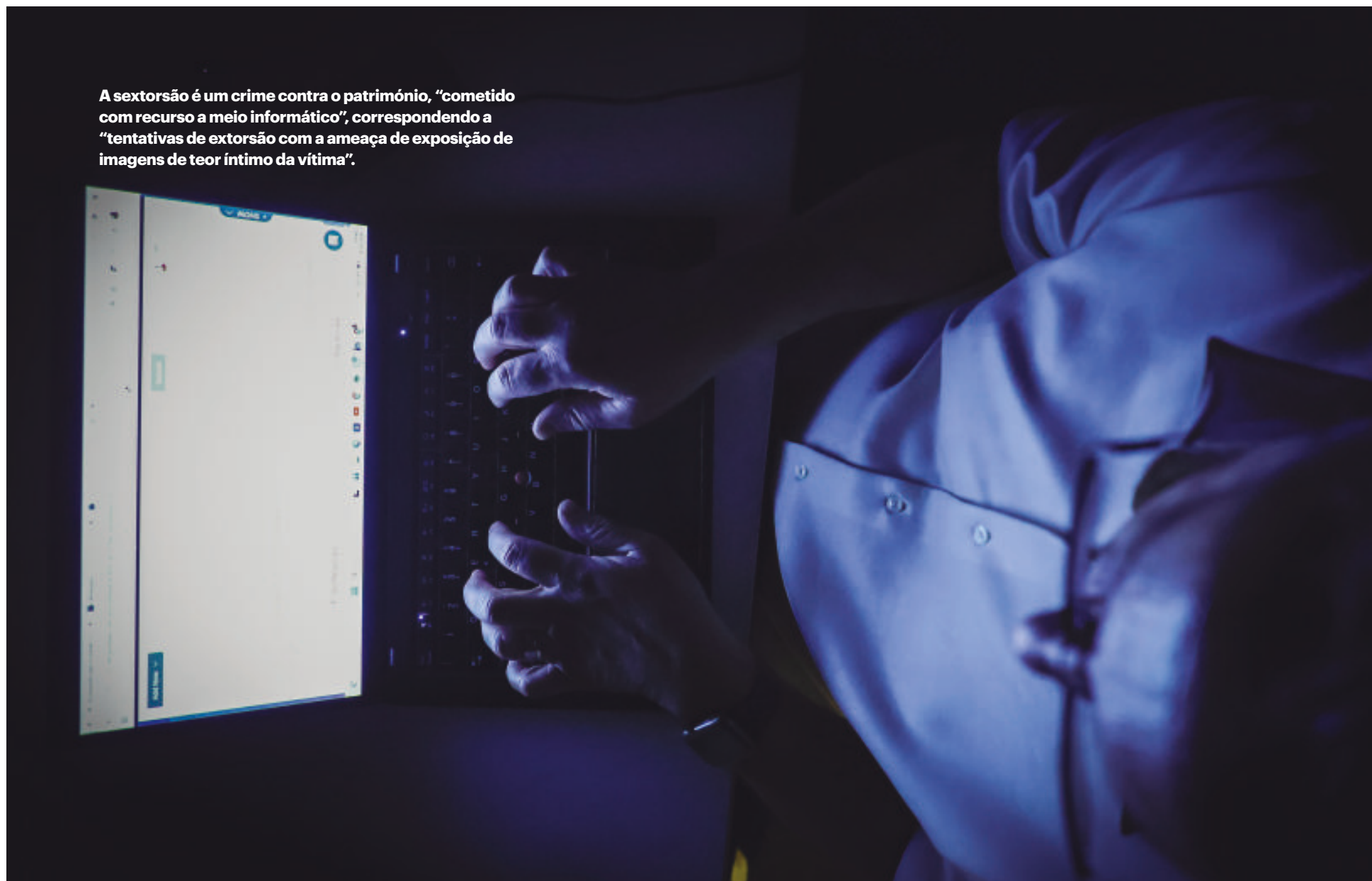
Quanto ao resto da oposição, Vasconcelos quer acreditar que o PS não está dividido, fazendo de “polícia mau na Assembleia Municipal e polícia bom na Câmara”, só por os seus vereadores terem recebido pelouros. Contactado pelo DN, o socialista Miguel Feio, que foi cabeça de lista em 2025 e é responsável pela Sustentabilidade e Património, disse que “está a refletir”. E, embora elogie o papel da AMRS em iniciativas como a passagem da Arrábida a Reserva da Biosfera da UNESCO, considera “impraticável” manter uma contribuição financeira tão elevada, o que acredita estar a ser ponderado pelo presidente da Câmara do Seixal, pois “está a pe-

sar nos bolsos”, pelo que deverá ser convocada uma reunião especial do executivo para definir o processo de saída.

Por seu lado, a deputada e vereadora Marta Silva disse ao DN que o Chega está a analisar a proposta da AD, no que toca a impacto financeiro e articulação com a Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal. Mas duvida que a posição na Câmara seja diferente da tomada na Assembleia Municipal.

Quanto à Câmara do Seixal, fonte oficial defendeu ao DN que “não se deve antecipar cenários”. E negou que a recente entrada de quatro técnicos superiores, até agora afetos à AMRS, seja indício de saída, justificando-a por a associação “estar a reduzir atividade, em virtude da saída de vários municípios, e a reduzir o quadro”.

A sextorsão é um crime contra o património, “cometido com recurso a meio informático”, correspondendo a “tentativas de extorsão com a ameaça de exposição de imagens de teor íntimo da vítima”.



“Sextorsão” é criminalidade violenta?

COERÊNCIA Nos Relatórios de Segurança Interna, a extorsão sexual está incluída em “crime violento e grave”, categoria na qual foi em 2025 o quarto mais numeroso. Inclusão destoa dos critérios do Eurostat e levanta questões quanto aos da Segurança Interna, que exclui daquela classificação crimes como violência doméstica e coação sexual, nela incluídos por definição legal.

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO**

No Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2025, a extorsão sexual surge destacada como uma das tipologias de criminalidade violenta e grave “com maior peso relativo”. Ocupa, nessa distinção, o quarto lugar, logo após o crime de resistência e coação sobre funcionário, o roubo por esticção e o roubo na via pública.

Tendo no mesmo ano sido contabilizados 14 149 crimes classificados como violentos e graves, os 1067 casos de extorsão sexual registados em 2025 correspondem a 7,5% do total. Um aumento face a 2024, quando pela primeira vez este crime surgiu no relatório, com 999 participações, ou seja pouco menos de 7% das 14385 ocorrências ali integradas, no conceito de criminalidade violenta.

A decisão de incluir a extorsão sexual como tipo criminal autónomo nos RASI terá precisamen-

te a ver com o aumento notório das participações devidas a uma conduta criminosa que em todo o mundo, sob a denominação de “sextortion”, está a evidenciar uma “explosão”.

Por cá, a evolução de casos pode ser aferida nos números do crime de extorsão, no qual a *sextorsão* estava, em termos de RASI e de dados policiais, integrada até 2023. Entre 2014 e 2023, assistiu-se a um crescimento de 592%, de 215 registos para 1488, na extorsão. Agregando a autonomizada extorsão sexual aos outros tipos de extorsão (que surgem agora nos RASI como “outras extorsões”), o crescimento desde 2014 é de 760% (de 215 para 1850).

Sendo sem dúvida uma conduta criminal em franca expansão, e que, como notava já em 2015 a Polícia Judiciária (PJ), “tem um efeito erosivo sobre a confiança dos cidadãos nas estruturas da rede Internet e um efeito psicológico altamente devastador sobre as ví-

timas”, deverá ser contabilizada como criminalidade violenta e grave? E se for, não haverá vários outros crimes que devem ser como tal contabilizados — a violência doméstica e a coação sexual, desde logo?

Note-se que quer a violência doméstica quer a coação sexual cabem na definição de crime violento constante no artigo 1º do Código de Processo Penal (CPP), alínea j: “As condutas que dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos.” No caso da violência doméstica existe até jurisprudência obrigatória do Supremo Tribunal de Justiça a classificá-la como crime violento. Mas nunca, desde que o este tipo criminal foi autonomizado, em 2008, constou como tal nos RASI.

Quanto à coação sexual, tratando-se de um crime contra a autodeterminação sexual com pena de prisão até oito anos, o qual implica coagir alguém a sofrer atos sexuais de relevo, não restam igualmente dúvidas de que se integra na definição do CPP de criminalidade violenta. Mas não é sequer mencionado nos RASI ou nas Estatísticas da Justiça, onde, nos “crimes registados pelas polícias”, está integrado em “outros contra a liberdade e autodeterminação sexual”, categoria que em 2025 correspondeu a 46% do total de 3706 crimes sexuais contabilizados.

O “mal importante” não é violento, a ameaça sim?

Mas vejamos o que é a extorsão sexual. Desde logo, não se trata, ao contrário do que o nome pode levar a concluir, de um crime sexual. Nem está, de resto, incluído no capítulo dos crimes contra as pessoas: é como crime contra o património que o encontramos nas Estatísticas da Justiça.

Definida nos RASI como um crime “cometido com recurso a meio informático” — a PJ inclui-o no fenómeno que denomina de “técnicas de engenharia social”, como as chamadas telefónicas “personificando entidades” e as burlas “olá pai, olá mãe” —, consiste em “tentativas de extorsão com a ameaça de exposição de imagens de teor íntimo da vítima”, através de “envio de mensagens” com a dita ameaça. Também referida nos relatórios e nas comunicações das

polícias como *sextortion*, ou *sextorsão*, corresponde, como já referido, a uma subdivisão do crime de extorsão, previsto no artigo 223º do Código Penal.

Este, geralmente associado, no imaginário coletivo, ao crime organizado que oferece “proteção” a empresas em troca de uma mensalidade, consiste na conduta de quem, “na tentativa de intenção de conseguir para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, constranger outra pessoa, por meio de violência ou ameaça com mal importante, a uma disposição patrimonial que acarrete, para ela ou para outrem, prejuízo”. A pena “base” é até cinco anos de prisão, podendo ser agravada ou atenuada em determinadas circunstâncias.

Trata-se exatamente da mesma pena que desde 2023 pune outro crime respeitante a imagens íntimas/sexuais, previsto no artigo 193º do CP, e que não raro é também referido como *sextorsão*: “Devassa através de meio de comunicação social, da internet ou de outros meios de difusão pública generalizada.”

Esta devassa é cometida por quem, “sem consentimento, disseminar ou contribuir para a disseminação, através de meio de comunicação social, da Internet ou de outros meios de difusão pública generalizada, de imagens, fotografias ou gravações que devam a vida privada das pessoas, designadamente a intimidade da vida familiar ou sexual.” Diferentemente da definição de extorsão sexual contida nos RASI, este não é um crime contra o património, por não haver exigência de valores para não difundir o material; inserido no capítulo do Código Penal dos crimes contra as pessoas, é cometido através da difusão — ou seja, da realização do “mal importante” que no crime de extorsão é representado para a obtenção de vantagem financeira.

Outra diferença entre os dois crimes é que o de devassa não está, nos RASI, incluído na criminalidade violenta.

Crime violento é só violência física?

Na verdade, este crime, do qual encontramos, nas Estatísticas da Justiça, 784 registos em 2024 e 711 em 2025, não é sequer referido nesses relatórios.

Carolina Soares, gestora da Linha Internet Segura da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), hesita quando o DN lhe

pergunta qual dos dois crimes, a extorsão sexual ou a devassa com difusão das imagens, tem um efeito mais violento nas suas vítimas. “Há casos de extorsão em que o dano do receio da publicação é muito real — há muita ansiedade, muito medo —, e em que há também coação para encontro sexual, para se tentar obter mais conteúdo. Agora, a publicação efetiva causa um dano mais permanente e mais prolongado no tempo. Para a vítima, há uma escalada na consequência, uma perda de controlo: a partir do momento em que a imagem está no telefone de outra pessoa não há como controlar, não se sabe onde vai parar. E há ainda, sobretudo no caso das mulheres, o assédio que se segue à publicação das imagens.”

Curiosamente, nota esta coordenadora da unidade de cibercrime da APAV, as vítimas registadas do crime de extorsão sexual são sobretudo do género masculino (facto corroborado pelos dados relativos à criminalidade registada pelas polícias), enquanto o grupo mais afetado pela difusão das imagens, ou seja, pelo crime de devassa, são as mulheres. Quanto à inclusão de um e não do outro na criminalidade violenta, reflete: “Nunca tinha pensado nisso, porque não tinha reparado nessa distinção, mas se calhar a inclusão da extorsão sexual é uma porta aberta para pensarem o que mais deve entrar nessa categoria.”

Certo é que, no que respeita às estatísticas europeias, a porta está bastante fechada: a definição de criminalidade violenta que as norueguesas não podia ser mais, digamos, “clássica”. O crime violento é ali definido como “violência contra as pessoas (como é o caso da agressão física), roubo (apropriação de património pela força ou pela ameaça do uso da força) e crimes sexuais (incluindo violência e agressão sexual)”. Esclareça-se que agressão sexual é, na definição do Eurostat, todo o ato sexual (excluindo a penetração, que é violação) não desejado perpetrado por via do uso de “força física, ameaça, coação, intimidação, engano, drogas ou álcool, ou do abuso do estado de vulnerabilidade”.

Em causa está assim, nesta classificação do Eurostat, a noção de crime violento como aquele que implica violência física, ou ameaça da mesma, “direta”, ou seja, iminente. Curiosamente, é também esse o conceito que parece ser prevalente naquilo a que se costuma

A esmagadora maioria dos 26 crimes classificados nos RASI como “violentos” dizem respeito a violência física ou ameaça de violência física. No Eurostat, a definição de crime violento implica isso mesmo: violência física ou ameaça dela.

O Gabinete do Sistema de Segurança Interna sublinha que o conceito de criminalidade violenta dos RASI abrange “atos praticados com recurso a violência física ou psicológica”, não sendo diretamente equivalente ao do Eurostat.

dar o nome de “perceção” coletiva. As 48 respostas a uma pergunta efetuada no Twitter/X sobre em que se pensa quando se pensa em crime violento foram, na grande maioria, no sentido de indicar “crimes de sangue” ou com violência física.

“Não é adequado excluir sextorsão do crime violento”

Na verdade, a quase totalidade dos 26 crimes incluídos pelos RASI na criminalidade violenta e grave vão ao encontro daquela que parece ser a perceção geral. Além dos quatro mencionados no início do texto como sendo os com mais ocorrências registadas (roubo na via pública, roubo por esticação, ofensa ou coação sobre funcionário e extorsão sexual), temos, naturalmente, o homicídio voluntário consumado (mas não, note-se, tentativa de homicídio); mais 12 tipos de roubo — em edifícios comerciais ou industriais, a residência, em transportes públicos, de viatura, a posto de abastecimento de combustível, em esta-

belecimentos de ensino, a ourivesarias, a banco ou outro estabelecimento de crédito, a farmácias, a transportes de valores, a tesouraria ou estação de correios, e, ainda, “outros roubos” —; violação; ofensa à integridade física voluntária grave; rapto, sequestro e tomada de reféns; pirataria aérea e outros crimes contra a segurança da aviação; organizações terroristas e terrorismo nacional; outras organizações terroristas e terrorismo internacional; motim, instigação e apologia pública do crime; associação criminosa; “outras extorsões”.

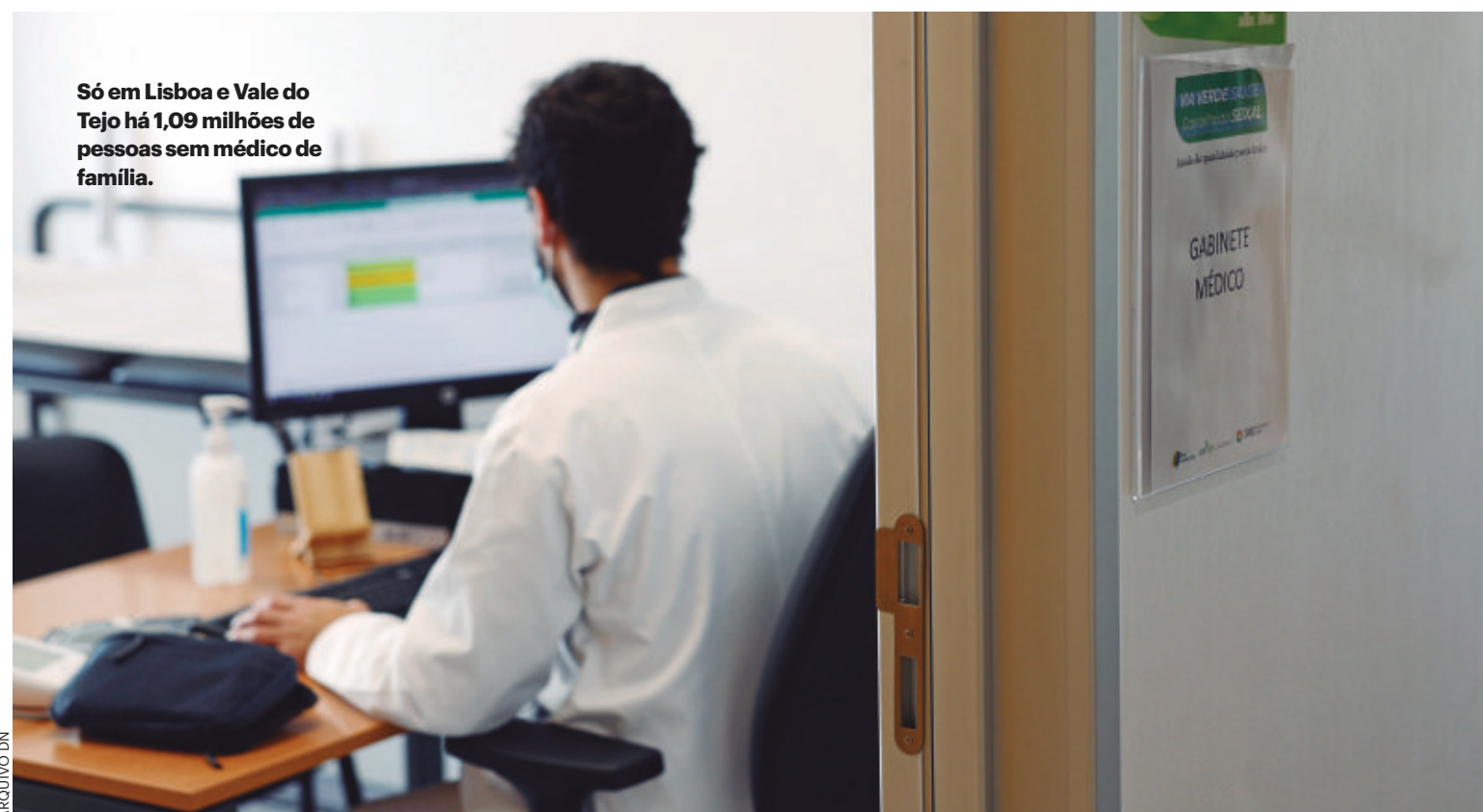
Questionado pelo DN sobre o motivo pelo qual decidiu incluir na criminalidade violenta um crime, como é a extorsão sexual, “cometido à distância”, e que o Eurostat exclui daquela classificação, o secretariado do gabinete do Sistema de Segurança Interna (SSI), responsável pelos RASI, justificasse com o conceito de criminalidade violenta e grave que desde 1998 consta destes relatórios: “A criminalidade violenta e grave abrange atos praticados com recurso a violência física ou psicológica [sublinhado do SSI], bem como crimes com elevado impacto na perceção de segurança das populações.” E prossegue: “Os órgãos de polícia criminal identificam a extorsão sexual quando a vítima é constrangida, por meio de violência psicológica ou de ameaças, relacionadas com situações de natureza sexual. Estas circunstâncias enquadram-se no conceito de violência adotado pelo RASI.”

Por outro lado, nota o SSI, “a autonomização, em 2024, da ‘extorsão sexual’ como *modus operandi* do crime de extorsão não alterou a sua natureza jurídica nem a respetiva classificação. Teve apenas como objetivo identificar uma forma específica de execução do crime, permitindo caracterizar com maior rigor a dimensão e a evolução do fenómeno.” Para concluir: “Não se afigura, por isso, adequado excluir a extorsão sexual da criminalidade violenta e grave. Além de já estar materialmente incluída na categoria de extorsão, embora anteriormente contabilizada de forma agregada, a sua exclusão introduziria uma quebra na série estatística e comprometeria a comparabilidade com os anos anteriores. Neste concreto caso, os conceitos usados no Eurostat e no RASI não são diretamente equivalentes ou comparáveis.”

Atualização de dados já deu médico de família a mais 107 mil utentes, mas “não resolve problema base”

CENTROS DE SAÚDE Crianças inscritas sem os pais ou utentes que perderam comparticipação de medicamentos são situações que quem está no terreno diz serem resultado das novas regras do Registo Nacional de Utente. A atualização na lista de inscritos está a dar médico a mais utentes, à custa dos eliminados. Mesmo assim, “não resolve a contratação de profissionais para o SNS”, diz presidente da APMGF. Para a Fnam, o “processo não é transparente”. ACSS garante que “atualização é dinâmica” e que há “situações a corrigir”.

TEXTO ANA MAFALDA INÁCIO



Só em Lisboa e Vale do Tejo há 1,09 milhões de pessoas sem médico de família.

As novas regras para o Registo Nacional de Utente (RNU), aprovadas no Despacho n.º 3118/2026, de 11 de março, entraram em vigor a 4 de julho. O objetivo principal é atualizar a lista de inscritos no RNU – base de dados nacional de identificação no Serviço Nacional de Saúde (SNS), que permite atribuir o Número Nacional de Utente (NNU), único e definitivo – bem como a lista de inscritos nos Cuidados de

Saúde Primários (CSP). Ou seja, num e noutro caso, o grande objetivo é evitar duplicações de registo, eliminar quem já morreu e retirar da lista de médicos de família pessoas que não cumprem os requisitos para acesso a estes de acordo com as novas regras, como portugueses residentes no estrangeiro, embora não percam o direito ao SNS. Uma atualização que a Administração do Sistema de Saúde (ACSS), responsável pelo sistema, explica ao DN

tratar-se de um “processo necessário” para perceber a informação constante no RNU, que, a 24 de agosto, ainda registava 19,3 milhões de inscritos – um número que não se compreende. “Este mecanismo é administrativo e está em constante mudança, sendo natural haver situações que tenham de ser limadas. O que estamos a fazer juntamente com as ULS”, referiu fonte da instituição.

O primeiro balanço da ACSS foi

feito no final de agosto, o segundo será feito no final de setembro. Mas, dois meses depois da entrada em vigor das novas regras, quem está no terreno diz que, independentemente da “atualização ser necessária e importante”, “não resolve o problema base dos cuidados primários e, no fundo, do SNS, que é poder contratar mais médicos”, defende o presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar (APMGF). “Em número absoluto

até podemos ter menos utentes sem médico de família e este número até pode diminuir mais, mas, no final do dia, o problema base mantém-se: há mais de um milhão de pessoas sem médico de família. Isto é grave e não é nenhuma atualização de inscritos que vai mudar esta realidade. Para a mudarmos são precisas medidas consistentes e claras que mostrem um caminho positivo na contratação de profissionais”, destaca Nuno Jacinto.

E, neste âmbito, o médico aproveita para dirigir críticas ao Quadro Global de Referência (2026-2028), publicado a 4 de setembro, por não refletir a dimensão deste problema. “Os dados da ACSS indicam que, a 24 de agosto de 2026, 87% dos utentes inscritos no SNS tinha médico de família, só 13% é que não. No QGR o Governo aceita que esta meta, até 2028, possa ficar nos 85,37%. Que mensagem se está a passar? Que podemos piorar um bocadinho nos próximos anos? Confesso que foi das poucas vezes que vi um Governo reconhecer que existe um problema mas que não aposta na sua resolução, quando uma das suas metas era dar médico a cada utente”.

Raquel Souto, coordenadora do Grupo de Trabalho dos Cuidados Primários da Federação Nacional dos Médicos (Fnam) e diretora de uma Unidade de Saúde Familiar no distrito do Porto, concorda que “a atualização do RNU é algo muito sério, que tem de ser feito com muito cuidado” e que esta já “vem muito atrasada”. Mas para a dirigente sindical, este sistema de “atualização representa muito mais do que fazer limpeza de listas de utentes ou dar médico de família a mais alguns. Só que houve quem não tivesse percebido as outras consequências tão rapidamente”. E isto, considera, porque a sua aplicação foi marcada por “desinformação da própria ACSS e do Ministério da Saúde”, mas o mais grave “é não ser um sistema totalmente transparente e amigo do cidadão, quando deveria ser”, defende, dando um exemplo: “Eu e os meus colegas temos acesso à lista de médicos que ainda têm disponibilidade para receber doentes e em que unidades estão, porque sabemos que há médicos que não têm as suas listas completas nalgumas zonas do país, mas o cidadão não tem [acesso]. Porquê? Não é um direito que lhe assiste?”, questiona. Por outro

“Foi das poucas vezes que vi um Governo reconhecer que existe um problema mas que não vai apostar na sua resolução, quando uma das suas metas era dar um médico de família a cada utente.”

lado, critica ainda, “o primeiro balanço da operação de atualização da ACSS indica que saíram da lista de inscritos milhares de utentes, mas porque motivo? Não o diz. Aliás, reflete que a 24 de agosto havia 591.118 utentes com dados atualizados, mas que não se inscreveram no SNS. Porquê? Também não o diz”. A ACSS justifica a situação com o facto de “a atualização ser administrativa”, só com base nos dados que são enviados pelas ULS e quanto à disponibilidade de médicos refere serem as “ULS que têm de gerir a sua lista de utentes”.

Atualização “não trouxe avalanche de utentes mas aumentou consultas”

Ao DN, o presidente da APMGF e a coordenadora da Fnam para os cuidados primários reconhecem que a atualização do RNU “não trouxe uma avalanche de utentes aos centros de saúde”, diz Nuno Jacinto, mas, e embora não tenha números concretos, sabe que, “obviamente, aumentou a pressão nos serviços em muitas unidades, sobretudo nas que são mais carentes de profissionais”, precisamente porque “gerou mais consultas e mais pedidos de informação”. Ou seja, nos últimos tempos, o dia a dia nos cuidados primários tem sido feito também de “utentes que até usavam o SNS ou que já não iam há algum tempo, que também pediram consultas para assegurar que não perdiam o médico de família”, destaca o presidente da APMGF.

Na unidade de Raquel Souto, o processo de atualização de dados dura há três anos, foram encontrados cerca de 700 utentes sem dados completos. “Todos foram contactados via telefone ou por carta para sabermos se eram elegíveis ou não para médico de fa-

mília, só poucos não eram, sobretudo porque tinham ido viver para fora, mas tudo isto exigiu um grande esforço aos recursos humanos do SNS, que poderiam estar a prestar cuidados ou a desempenhar outras tarefas, sem estarem preocupados com questões administrativas”.

A dirigente da Fnam conta que, nestes últimos tempos, o sistema de atualização de dados – que diz ser “automático, cego e centralista” –, tem feito chegar às ULS “situações inacreditáveis”, como “crianças estarem a ser registadas fora do seu agregado, sem os respetivos pais, e noutras unidades, simplesmente porque foram consideradas elegíveis para médico de família e o sistema distribuí-as automaticamente. Isto não faz sentido”. E dá outro exemplo: “A insuficiência económica que consta no processo dos utentes do SNS é atribuída automaticamente pela Autoridade Tributária. Portanto, o registo do SNS já tem esse dado porque migra automaticamente para o processo dos utentes. No entanto, um dos critérios do RNU, completamente intransigente para a sua atualização, é o Número de Identificação Fiscal, que não é autorizado automaticamente. O cidadão tem de o colocar. Portanto, muitos tinham os dados atualizados, mas como não tinham o NIF ficaram sem participação nos medicamentos. Estas situações têm de ser resolvidas”.

Questionada pelo DN, fonte da ACSS explica não haver conhecimento destas situações específicas, remetendo para a página oficial, onde é referido que, desde 2023, mensalmente, e até ao início do processo de qualificação de tipologias dos utentes, “disponibilizou às 39 ULS informação sobre os utentes inscritos que não apresentavam todos os dados obrigatórios para a qualificação do respetivo registo, tendo prestado e divulgado todos os esclarecimentos das questões que foram sendo colocadas”, ao mesmo tempo que, em 2024 e 2025, “promoveu iniciativas de sensibilização dirigidas aos cidadãos”. Esta operação foi realizada em conjunto com as ULS e concluída este ano, permitindo organizar os cerca de 19,3 milhões de registos existentes no RNU, com número de utente, em cinco tipologias, e distinguir os que estão inscritos nos CSP e os que reúnem condições para ter médico de família ou não.

MAIS DADOS

O QUE É O RNU?

É a base de dados de identificação e registo dos utentes no SNS. Assegura que cada utente tenha um Número Nacional de Utente (NNU) e é um sistema central de dados que permite a interoperabilidade entre diferentes sistemas, garantindo a consistência da informação.

COMO É FEITO O REGISTO

Pode ser efetuado de três formas: em articulação com outras entidades, mediante procedimento específico e devidamente regulamentado (ex: AIMA), através do portal do RNU, pelas unidades de saúde do SNS em contexto hospitalar e cuidados de saúde primários (CSP) ou através do pedido do Cartão do Cidadão (CC).

COMO SE PODE OBTER O NNU?

O registo é feito presencialmente (para efeitos de verificação da identidade e mitigar situações de fraude) pelo cidadão, dirigindo-se a qualquer unidade do SNS de cuidados de saúde primários ou de cuidados hospitalares, com a apresentação dos dados mínimos obrigatórios para a criação do seu registo.

PORTUGUESES A VIVER NO ESTRANGEIRO PODEM UTILIZAR O SNS?

Sim, têm acesso a todos os cuidados necessários de saúde durante o período de estada. A aplicação do regulamento do RNU prevê que os utentes nacionais registados no RNU com residência no estrangeiro sejam categorizados com a tipologia “registo atualizado não residente”, desde que a sua ficha de utente esteja completa e atualizada com todos os dados obrigatórios.

Lisboa foi a região que teve mais utentes a receber médicos de família

E o primeiro balanço desta operação de atualização revela que ao fim de um mês e meio, entre 14 de julho e 24 de agosto, período analisado, já havia mais inscritos no RNU, os tais 19,3 milhões, mais 0,2% do que a 14 de julho, que eram 19.251.008. No que toca aos inscritos nos Cuidados de Saúde Primários, a 14 de julho, estavam registados 10.769.099 utentes. Destes, 10.599.255 reuniam condições para atribuição de médico de família, sendo que 9.127.241 já tinham. A taxa de cobertura era de 86%, sendo que 1.481.541 (14%) eram elegíveis, mas aguardavam atribuição de médico de família. Cerca de 1% dos inscritos (111.050) não reuniam condições de elegibilidade para médico de família e 10.499 tinham manifestado não querer.

A 24 de agosto, o número de utentes inscritos já tinha aumentado em 38.768 (10.807.867), mais 0,4%, passando o total de utentes com médico para 9.234.694, mais 107.453, e a taxa de cobertura para 87%. O número de utentes sem médico reduziu para 1.364.561, 13% dos inscritos. Por outro lado, aumentou o número de inscritos sem condições para ter médico, passando para 160.203, mais 2% do que a 14 de julho.

Quanto à atualização dos inscritos por região, os dados revelam realidades distintas no acesso ao médico de família, com Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e Algarve a serem as mais afetadas. A 24 de agosto, a taxa de cobertura no norte era de 98%, no Centro de 95%, em LVT de 74% (com 1.009.185 utentes sem médico), no Alentejo de 83% e no Algarve de 80%. Aliás, e no que respeita a LVT, o balanço da ACSS indica que, entre 14 de julho e 24 de agosto, esta foi a região que mais teve utentes com médico de família, mais 65.422 (+2,4%).

Para a ACSS, “estes dados permitem identificar os territórios com maiores necessidades e apoiar o planeamento da contratação e distribuição de médicos de MGF”.

O presidente da APMGF confirma que a cobertura de médicos de família é diferente de região para região, mas que, reforça, “não é a atualização que resolve o problema da contratação”. Até porque, explica, “as que têm mais carência de médicos respondem de forma diferente às necessidades dos utentes que saí-

ram das listas dos CSP. “Há utentes com médico de família que ficaram sem ele porque não iam ao centro de saúde há mais de cinco anos outros porque emigraram. Mas há outros que, embora vivam lá fora, eram acompanhados em Portugal na Saúde, muitos até descontam aqui os seus impostos, e que também deixaram de ter o seu médico de família, mantendo no entanto todos os direitos em relação ao SNS. Mas o facto de terem deixado de ter o seu médico cria uma disrupção, o acesso não é igual. Havia uma relação de confiança com o médico que foi interrompida, prejudicial ao utente”.

Neste processo de atualização, o que o médico questiona é “como saber a quem retirar médico de família? A avaliação é difícil, mas foi a opção deste governo”. O que está em causa é saber o que “é mais importante: manter os emigrantes com médico de família ou dar médico a quem reside em Portugal e a quem, potencialmente, utilizará com mais frequência os cuidados?”. O médico reforça que a APMGF tem defendido sempre ser “importante a atualização do registo de utentes. E até se disponibilizou para encontrar formas de o fazer em conjunto com as instituições”, sublinhando que “a APMGF nunca disse a nenhum Governo que tinha de dar um médico de família a cada utente, estas metas foram sempre políticas. O que sempre dissemos é que tinham de existir medidas claras que nos indicassem que caminhávamos no sentido certo. Senão que mensagem estamos a passar aos colegas que se estão a formar? Que não precisamos deles?”. Para Nuno Jacinto, este não é o caminho certo.

Raquel Souto reforça que um sistema de atualização de dados era essencial há muito tempo, mas que a Fnam “defende um sistema de registo verdadeiramente transparente para todos, incluindo o cidadão. Queremos que as 39 ULS tenham uma listagem pública com os médicos que ainda têm vagas para receber doentes e a indicação das suas unidades. É informação elementar até para maior participação cívica e transparência do Estado”.

Os números serão atualizados em breve pela ACSS, mas por explicar ficam também os mais de 500 mil utentes com dados atualizados e que não se inscreveram no SNS. “Porquê?”, questiona Raquel Souto.

Ensino Secundário: “Menos uma semana de aulas não é dramático se houver professores”

EDUCAÇÃO Arranca hoje o ano letivo para os alunos do Secundário após um adiamento no calendário que reduz em uma semana o tempo de aulas. Missão Escola Pública diz que a perda, isoladamente, não é determinante, mas alerta para o facto de que, aliada à falta de professores, pode aprofundar as diferenças entre alunos.

TEXTO CYNTHIA VALENTE

Os alunos do ensino secundário (cerca de 389 mil) vão ter menos uma semana de aulas este ano. O início do ano letivo foi adiado devido à época extraordinária de exames, mas o calendário não foi prolongado no final. Uma decisão que a Missão Escola Pública (MEP) – um movimento apartidário de professores – considera evitável e que ganha particular significado depois dos problemas registados no processo dos exames nacionais do ano passado. “Uma semana de aulas não é dramático se houver professores, mas também não é irrelevante”, afirma Cristina Mota, porta-voz da MEP. Em disciplinas com maior carga horária, a redução pode representar, em alguns casos, sete tempos letivos.

Nas escolas, caberá aos professores tentar compensar o tempo perdido através da reorganização das planificações. Os programas, garante Cristina Mota, serão cumpridos, mas à custa de outras atividades. “Algum tempo terá de ser retirado a outras componentes igualmente importantes: aulas de consolidação, resolução de exercícios, recuperação de dificuldades ou até outras atividades pedagógicas, como visitas de estudo”, sublinha. É essa capacidade de resposta dos professores que, segundo a MEP, não deve esconder o problema de origem. “Mais uma vez, serão os professores a mitigar no terreno as consequências de decisões que não tomaram. A capacidade dos professores para resolver problemas não pode servir para desculpar quem os cria”, refere.

Há escolas onde o 3º ciclo também começa hoje

A possibilidade de compensar a perda no final do ano deveria, no entendimento da MEP, ter sido



acautelada desde o início. Acrescentar agora uma semana ao calendário do Secundário poderia, contudo, poder criar novos constrangimentos devido à articulação com a avaliação externa. A organização das provas finais do 3.º ciclo e dos exames nacionais torna necessária, defende o movimento, uma abordagem global ao calendário escolar. A MEP entende que teria sido preferível que também o 3.º ciclo tivesse começado as aulas a 21 de setembro.

Segundo a MEP, há escolas onde também os alunos do 3.º ciclo só vão iniciar as aulas hoje. Para Cristina Mota, é na acumulação destas perdas que está o principal risco. “O problema está na acumulação: uma semana aqui, um período sem professor ali, menos apoios ou medidas de promoção do sucesso noutro momento. É a soma destas per-

Média de idades dos docentes: dos 49 aos 54 anos

A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) divulgou o *Perfil do Docente 2024/2025* (edição de 2026), um estudo estatístico focado nos docentes dos cinco grupos de recrutamento dominantes do 3.º ciclo do ensino secundário: Português, Matemática, Física e Química, Biologia e Geologia, e Educação Física. A idade média situa-se entre os 49 anos em Educação Física; os 54 anos, na disciplina de Português e os 52, na Matemática. O índice de envelhecimento atinge o valor mais elevado na Física e Química (53 anos).

das que acaba por criar desigualdades entre alunos”, alerta. A diferença entre alunos pode, por isso, aumentar. “Para um aluno que tenha todos os professores durante todo o ano, uma semana será relativamente fácil de acomodar. Para outro que já acumulou meses sem professor, teve menos apoios e volta a enfrentar falta de docentes, essa mesma semana acrescenta-se a um défice que já existia”, explica.

Diretores escolares querem respostas do Ministério da Educação

Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), pede esclarecimentos ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) sobre um eventual prolongamento do calendário. “Tenho

sido questionado por professores e diretores sobre um eventual prolongamento do calendário para o Secundário e era importante que o MECI se pronunciasse. Isso devia ser preto no branco”, avança. O presidente da ANDAEP acredita que os dias poderão ser recuperados pelos professores, mas ressalva a importância desse adiamento, aliado à falta de professores. Segundo Filinto Lima, a situação poderá assumir “outras proporções” em zonas como Lisboa e Setúbal, onde o problema “é mais grave”. O responsável sublinha ainda que não é conhecido o número de dias de aulas perdidos por estes alunos no ano letivo anterior, apesar de as escolas continuarem a recorrer a horas extraordinárias para tentar minimizar os efeitos da falta de docentes.

A partir desta segunda-feira, lembra, entra em funcionamento a colocação contínua de professores, medida que considera positiva, mas cujo impacto dependerá da existência de docentes disponíveis para ocupar os horários. “Vamos ver se ajuda a mitigar o problema, mas tem de haver professores disponíveis senão, não funciona”, diz. Para Filinto Lima, a falta de professores está particularmente relacionada com as dificuldades de atração e fixação de docentes em determinadas zonas do país, nomeadamente na região de Lisboa. O presidente da ANDAEP aponta o problema da habitação como uma das questões que deveriam ser consideradas pelas autarquias. “Em Lisboa, a situação é caótica. Havia outra solução. Se Carlos Moedas fizesse o trabalho que fez o homólogo de Oeiras e de outras zonas. A autarquia de Lisboa tem de construir residências para professores com rendas acessíveis. O apoio à deslocação que o MECI dá, não chega”, conclui.



A Psicologia ao serviço de todos nós
Rute Aguilhas

O que as crianças precisam antes de conhecer um padrasto ou uma madrasta

Quando um casal se divorcia, a separação acontece entre os adultos. Mas as suas ondas de impacto chegam inevitavelmente às crianças, que são chamadas a reorganizar a sua vida emocional perante mudanças muitas vezes profundas e inesperadas. Entre duas casas, horários diferentes, novas rotinas e emoções intensas, há um trabalho interno que precisa de tempo para acontecer.

Uma das tarefas mais importantes para uma criança após o divórcio é compreender e aceitar que a separação dos pais é permanente. Para os adultos, esta realidade pode parecer evidente. Para muitas crianças, sobretudo as mais novas, não é assim. É frequente que alimentem, durante meses ou mesmo anos, a fantasia da reconciliação parental. Guardam a esperança de que os pais voltem a viver juntos, imaginam estratégias para os aproxi-

mar ou interpretam pequenos sinais como provas de uma possível reaproximação. Por isso, quando um dos progenitores apresenta uma nova companheira ou um novo companheiro, a criança pode sentir que essa esperança se desfaz definitivamente. O aparecimento de uma madrasta ou de um padrasto não representa apenas uma nova pessoa. Simboliza, muitas vezes, a confirmação de que a família, tal como a criança

a conhecia, não voltará a existir. É por esta razão que a introdução de uma nova relação amorosa na vida dos filhos não deve ser precipitada. Antes de conhecerem um novo elemento da família, as crianças precisam de sentir que a sua vida recuperou alguma previsibilidade e estabilidade. Precisam de se adaptar às mudanças trazidas pelo divórcio, encontrar novas referências e construir um sentimento de segurança no contexto familiar que agora existe. Mesmo quando essa nova pessoa é afetuosa, respeitadora e disponível, é natural que a sua chegada desperte emoções complexas. Algumas crianças sentem tristeza, raiva ou medo. Outras experimentam conflitos de lealdade, receando que gostar do novo companheiro da mãe signifique trair o pai, ou vice-versa. Há ainda quem se sinta substituído ou menos importante. Estas reações não são sinais de má adaptação, nem de falta de maturidade. São respostas com-

preensíveis perante uma mudança que toca dimensões profundamente sensíveis da identidade e dos vínculos afetivos. Os pais podem ajudar escutando sem julgar, validando emoções e evitando impor relações ou expectativas excessivas. O afeto não se decreta. A confiança não se exige. Ambos se constroem, lentamente, através da experiência e da convivência. Num tempo em que tudo parece ter de acontecer rapidamente, importa sublinhar uma ideia simples: as famílias recompõem-se ao ritmo dos adultos, mas os filhos ajustam-se ao ritmo das suas necessidades emocionais. E esse ritmo merece ser respeitado. Porque, depois de um divórcio, talvez não exista gesto mais importante do que dar tempo ao coração para compreender aquilo que a vida mudou.

Psicóloga clínica e forense, terapeuta familiar e de casal



(1971-2026)
LADY SACHA NICOLE
TEULON LYNCH-ROBINSON
Diretora de Arte, Produtora de Cinema

Ar.Co, Lisboa — Central Saint Martins College of Art & Design, Londres
Diretora Artística e Cofundadora da Marmalade Magazine Worldwide

Amada esposa de Sir Christopher Henry Jake Lynch-Robinson.
Amada mãe de Lady Huxley Vita Teulon Lynch-Robinson
e de Ms Milla Rae Fox Teulon Lynch-Robinson.
Amada irmã de Sergio N. Teulon, Nicholas Cesar Teulon
e Simon Stringfellow.

Amada filha de Ana-Maria de Almeida Martins Teulon e Michael Teulon.
Faleceu em janeiro de 2026, em Londres, Inglaterra.

Michael Teulon PO Box 11044 London NW3 3WG t: 44 771 340 2993 e: MIKE@MTDOWORLD.NET

Pesquisas investem em inovação mas diversidade ainda é desafio

GIGANTE Clusterização espacial, modelo *likely voter* e checagem por IA são novos métodos para decifrar as eleições de um país continental como o Brasil em que, segundo diretora do Datafolha, a rejeição será chave.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA**



Lula da Silva, que procura a reeleição para a Presidência do Brasil, lidera as principais pesquisas.

Lula da Silva está um pouco à frente de Flávio Bolsonaro, os dois devem seguramente disputar a eleição voto a voto no segundo turno, e Augusto Cury lidera, à frente de Ronaldo Caiado e Renan Santos, o pelotão da terceira via. Este é o quadro geral que as pesquisas eleitorais desenham para a eleição de 4 e 25 de outubro – mas por trás dessas conclusões há muito trabalho dos institutos, que se dedicam dia a dia, ou hora a hora, a desvendar o eleitorado.

A Quaest, por exemplo, usa a “clusterização espacial”, uma técnica que agrupa municípios e setores censitários com características semelhantes para selecionar os 120 municípios da amostra. E o modelo “*likely voter*”, ou seja, não apenas pergunta em quem a pessoa pretende votar, como tenta estimar a probabilidade de ela comparecer mesmo à urna.

Já o Datafolha usa IA para controle de qualidade. “Utilizamos na checagem dos questionários e em outros processos internos para agilizar as etapas das pesquisas, por exemplo, para comparar a gravação realizada pelo tablet no momento da entrevista com a resposta anotada pelo pesquisador no questionário. Isso garante uma checagem mais rápida”, conta ao DN Brasil a diretora-geral do instituto paulista, Luciana Chong Rodrigues.

Todos os principais institutos, no entanto, continuam a enfrentar velhos desafios num Brasil que reúne diversos Brasis: para se fazer uma pesquisa no quinto maior país do planeta é preciso ter em conta as enormes diferenças entre regiões e entre as grandes e pequenas cidades, além dos contrastes socioeconômicos, religiosos e culturais e do difícil acesso, por razões diferentes, tanto a favelas como a condomínios fechados.

ÚLTIMAS PESQUISAS

DATAFOLHA (17/09)

Lula (PT), 39%
Flávio (PL), 36%
Cury (Avante), 6%
Caiado (PSD), 4%
Renan (Missão), 4%

ATLASINTEL (17/09)

Lula (PT), 44,1%
Flávio (PL), 41,7%
Renan (Missão), 5,1%
Cury (Avante), 3,5%
Caiado (PSD), 1,7%

PODERDATA (17/09)

Lula (PT), 37%
Flávio (PL), 36%
Cury (Avante), 8%
Renan (Missão), 3%
Caiado (PSD), 3%

QUAEST (14/09)

Lula (PT), 36%
Flávio (PL), 31%
Cury (Avante), 7%
Renan (Missão), 4%
Caiado (PSD), 4%

“É um país muito grande e muito desigual em relação à renda e escolaridade, principalmente. Essa desigualdade é um dos fatores pelos quais consideramos que a abordagem presencial para pesquisa eleitoral ainda é a melhor forma para conseguirmos acessar os eleitores de todos os níveis sociais e em todas as regiões do país. Em algumas cidades do interior os pesquisadores, muitas vezes, precisam utilizar mais de um meio de transporte, como ônibus e até barco para chegar nos municípios mais afastados”, conta Chong.

A forte polarização – segundo a Quaest, os eleitores que não sabem se definir entre esquerda, centro e direita caíram de aproximadamente 20% em 2002 para cerca de 4% atualmente – é um dos dados políticos novos desde, sobretudo, 2018. Para a diretora-geral do Datafolha, “houve uma mudança significativa na política brasileira com a vitória de Jair Bolsonaro”. “Após sua vitória fi-

cou muito evidente a divisão e polarização no país, fato que se mantém até hoje. Nesse mesmo período acompanhamos o crescimento expressivo das igrejas evangélicas e as pesquisas foram se adaptando para entender esses novos fenômenos”.

Este ano, em particular, foi fértil em episódios com peso no desempenho dos candidatos nas pesquisas: as suspeitas em torno de Lulinha, que impactou nas intenções de voto no pai, a briga entre Michelle Bolsonaro, ex-primeira-dama, e Flávio, que ainda sofreu com o escândalo em torno do pedido de dinheiro ao banqueiro corrupto Daniel Vorcaro para financiar um filme sobre Jair Bolsonaro, e, nos últimos dias, a ligação do mesmo Vorcaro com Alexandre de Moraes e outros juizes do Supremo Tribunal Federal.

Em paralelo, a ascensão de Augusto Cury talvez tenha sido o caso mais interessante para as pesquisas: o psiquiatra saltou de 2% para 8% no Datafolha entre agosto e setembro graças a uma explosão nas redes sociais na sequência do debate na Band a que Lula e Flávio não compareceram. “Mas essa eleição é principalmente, assim como a de 2022, uma eleição de rejeição, uma parte dos eleitores escolhe o candidato para evitar a vitória do outro e não necessariamente por suas propostas”.

E a emigração? Em 2026, o eleitorado exterior, segundo o site do Senado Federal, é de 918.876 eleitores, contra pouco mais de 697 mil em 2022 (com Portugal como segundo maior colégio, atrás apenas dos EUA), mas ainda assim é só 0,5% do eleitorado. Vale, portanto, a pena fazer pesquisa de campo fora do Brasil? “Não, é um contingente importante mas pequeno, seria uma tarefa difícil acompanhar as eleições em outros países”, diz Luciana Chong.



O DN Brasil é uma seção semanal e um site do Diário de Notícias dedicada à comunidade brasileira que vive ou pretende viver em Portugal. Os textos são escritos em português do Brasil.

Diário de Notícias

NOVO
SUPLEMENTO
DN SPORT

às sextas com o seu DN



O Diário de Notícias reforçou a sua oferta na área do Desporto, com um novo suplemento multimédia dedicado às principais modalidades em Portugal e no mundo. O DN SPORT oferece uma abordagem diferenciada, com histórias de interesse humano, entrevistas com os protagonistas do mundo desportivo.

O DN SPORT inclui um caderno semanal, publicado na edição de fim-de-semana do DN, bem como uma secção especial no site www.dn.pt, com conteúdos em texto, vídeo e áudio, atualizada em permanência. Inclui, ainda, uma newsletter semanal.



Encher um depósito de gasóleo pode custar quase mais 5€ esta semana.

PAULO SPRANGER

Governo sem margem para alívio fiscal no IVA, diz ministro

COMBUSTÍVEIS Com preço médio a fixar-se entre os 2,23 e os 2,25 euros por litro, esta 2.ª feira o gasóleo bate oficialmente o pico histórico após o estalar da guerra na Ucrânia. Apesar disso, o Governo rejeita baixar o IVA nos combustíveis e alerta para o risco iminente de regresso ao défice.

TEXTO **ADELAIDE CABRAL**

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, demarcou-se este domingo de qualquer descida transversal do IVA. Confrontado com as crescentes pressões da oposição – nomeadamente do PS e do Chega – para mitigar a nova escalada de preços através de alívios fiscais, Miranda Sarmento traçou, em entrevista à Agência Lusa, uma linha vermelha macroeconómica estrita: reduzir o IVA dos combustíveis de 23% para 13% e aplicar IVA Zero ao cabaz alimentar implicaria um impacto orçamental estimado de cerca de 2000 milhões de euros, o que empurraria as contas públicas portuguesas de volta para o défice de 2027.

Este braço-de-ferro político ocorre num momento em que os preços nas bombas regressam aos

recordes do eclodir da guerra na Ucrânia. Com o gasóleo atirado para a fasquia dos 2,25 euros e a gasolina a colar-se aos 2,14 euros, a repetição do pior cenário da crise energética encontra um tecido empresarial e orçamentos familiares sem qualquer gordura para cortar.

Trazendo estes números para a prática quotidiana, atestar um depósito padrão de 50 litros com gasóleo passa a custar entre 111,50 e 112,50 euros, ao passo que encher o mesmo depósito com gasolina de 95 octanas exige um dispêndio entre os 106,00 e os 107,00 euros. Numa comparação direta com a semana passada, esta subida traduz-se num encargo adicional de 3,50 a 4,50 euros para se encher o depósito de gasóleo e de 2,75 a 3,50 euros a mais com gasolina, somando um peso financeiro imediato que castiga severamen-

te quem depende do carro para circular.

Perante a forte escalada internacional dos produtos refinados, o Governo recorreu a ajustes pontuais no ISP e no desconto extraordinário. Contudo, esta intervenção traduz-se numa mitigação residual de centimos por litro – cerca de 1 a 1,5 centimos de alívio –, manifestamente insuficiente para travar a subida líquida. Enquanto o consumidor assume de forma

Chega e PS teriam de se coligar para aprovar IVA Zero em cabaz de compra ou IVA de 13% nos combustíveis, mas o impacto seria défice.

integral o encargo da fatura energética, o Estado continua a beneficiar de receitas avultadas através das taxas nominais e do efeito de arrastamento do IVA.

A escalada que se verifica já a partir desta segunda-feira nas estações de serviço nacionais atrai novamente as contas do abastecimento para patamares que não se viam desde o choque geopolítico inicial provocado pela invasão russa da Ucrânia. Daí a posição do Chega e PS, que defendem uma redução temporária do IVA sobre os combustíveis – para a taxa de 13% – e a implementação do IVA Zero a bens alimentares essenciais.

“Para aprovar uma proposta dessas”, reagiu Miranda Sarmento, Chega e PS “têm ambos de votar favoravelmente”.

“Se quiserem fazer uma coligação e aprovar isso, o que estão a di-

Saldo orçamental de zero em 2027

O Governo prevê que as contas públicas portuguesas continuem a registar um “saldo positivo reduzido” em 2027, porém inferior ao excedente de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) alcançado em 2025, indicou este domingo o ministro das Finanças.

“Continuamos a dizer que este ano teremos um saldo orçamental positivo, relativamente próximo de zero, e, no próximo ano, continuaremos a ter um excedente. Quando eu digo reduzido, [significa que] não será de 0,7% do PIB como tivemos em 2025, será mais baixo”, afirmou Joaquim Miranda Sarmento, à agência Lusa, à margem da reunião informal de ministros dos Assuntos Económicos e Financieiros (Ecofin), em Dublin. A previsão do Governo para 2027 contrasta com as projeções da Comissão Europeia para Portugal, que prevê um défice de 0,4% do PIB para o próximo ano.

zer ao país é que querem que em 2027 haja um défice”, venceu o titular da pasta das Finanças, ouvido pela Agência Lusa à margem da reunião informal dos ministros dos Assuntos Económicos e Financieiros da União Europeia, em Dublin, Irlanda.

Quando falta menos de um mês para a entrega da proposta de Orçamento do Estado para 2027 à Assembleia da República, o ministro das Finanças afirma ainda que Chega e PS teriam, em simultâneo, de apresentar “uma medida que tem impacto orçamental” e uma “contraparte” que permitisse o equilíbrio do ponto de vista da receita.

Pelas contas de Joaquim Miranda Sarmento, as medidas da oposição perfazem um impacto anual de cerca de 1200 milhões por via da redução do IVA sobre os combustíveis e 800 milhões através da redução do IVA para o cabaz alimentar, perfazendo os referidos dois mil milhões de euros, aproximadamente.

“Não há saldo orçamental desse montante”, avança o ministro, acrescentando: “Bem pelo contrário, será muito, muito inferior. Será positivo, será um superavit, mas muito inferior”. “O saldo do exercício de 2027 é exigente e, portanto, o saldo orçamental é um saldo relativamente reduzido”. (Ver caixa).

Com LUSA

Gigantes assumem 300 mil milhões em garantias para IA

INVESTIMENTO Empresas endividam-se para criar centros de dados e *chips* para Meta, Antropic e Open AI.

As grandes empresas tecnológicas assumiram até 300 mil milhões de dólares em garantias para financiar a corrida à Inteligência Artificial, mantendo a maior parte destas responsabilidades fora dos respetivos balanços financeiros.

O modelo de financiamento recorre a veículos autónomos e entidades externas para emitir dívida destinada a centros de dados e semicondutores, permitindo colocar a capacidade financeira das gigantes tecnológicas ao serviço daquelas operações sem o reconhecimento integral das obrigações nas contas oficiais, avançou o *Financial Times*, com base em dados recolhidos pelo banco de investimentos Morgan Stanley. A Meta estreou esta estrutura com uma garantia de 28 mil milhões de dólares num centro de dados no Louisiana, a Broadcom assumiu uma exposição de 29 mil milhões no financiamento de *chips* para a Anthropic e a Nvidia cana-

lizou 105 mil milhões para a SB Energy apoiar um centro de dados da OpenAI no Ohio.

Esta arquitetura financeira permite obter custos de financiamento próximos dos suportados pelas próprias empresas, mas deixa-as expostas a perdas substanciais, caso os ativos se desvalorizem rapidamente devido à obsolescência tecnológica, ao excesso de capacidade instalada ou a uma procura por serviços de Inteligência Artificial inferior à prevista.

Numa escala mais ampla, os cálculos do Morgan Stanley contabilizam mais de 3,1 biliões de dólares em compromissos extrapatrimoniais e apoios de crédito distribuídos por sete grandes empresas tecnológicas e fabricantes de *chips*. Perante a dimensão destes passivos contingentes, as agências de notação financeira já iniciaram o ajustamento dos níveis de endividamento para refletir estas responsabilidades ocultas.

UE pediu à China que limite exportações de carros híbridos

INDÚSTRIA AUTOMÓVEL Bruxelas pretende baixar quota dos veículos híbridos chineses no mercado europeu para 15%.

A União Europeia (UE) pediu à China que limite voluntariamente as exportações de automóveis híbridos para o mercado europeu, de maneira a evitar uma nova escalada das tensões comerciais entre Bruxelas e Pequim, segundo o jornal *Financial Times*. De acordo com o jornal britânico, Bruxelas pretende que a quota dos veículos híbridos fabricados na China, e vendidos no mercado da UE, seja limitada a cerca de 15%, face a mais de um terço atualmente.

A iniciativa surge num momento de crescente preocupação na Europa com o impacto da concorrência chinesa sobre a indústria automóvel, que tem anunciado despedimentos em massa. “Se eles não limitarem as

exportações para o nosso mercado, fá-lo-emos nós”, afirmou ao *Financial Times* um responsável europeu, que enquadrava a iniciativa na necessidade de travar a desindustrialização no bloco europeu.

Além de automóveis, Bruxelas pretende que Pequim modere as exportações de outros produtos, incluindo químicos, e aumente as compras de produtos europeus.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou esta semana que o défice comercial da UE com a China, estimado em mil milhões de euros por dia, tinha atingido um “ponto de viragem”, defendendo medidas para reequilibrar as relações económicas.



Margem de erro
André Santos Pereira

O erro de taxar a autonomia energética

Nas últimas semanas, com o conflito no Médio Oriente a pressionar o preço do petróleo, os combustíveis regressaram ao debate e, com eles, a proposta de baixar temporariamente o IVA, que o Parlamento vota esta semana. Quase ao mesmo tempo, com muito menos ruído, surgiu a intenção de aumentar a participação dos municípios nas receitas das renováveis.

Separadas, parecem medidas de circunstância. Juntas, expõem um desafio: aliviar o custo da energia de que ainda dependemos sem encarecer aquela que reduz essa dependência.

A condição atual é particularmente severa. Esta semana o gasóleo atinge o valor mais alto de sempre em Portugal e, para mitigar a escalada, o Governo prolongou até ao fim do ano o apoio ao gasóleo profissional e agrícola e o mecanismo de redução do ISP. O PS estima que as medidas que propõe permitiriam retirar 17 centimos por litro.

Num país cuja dependência energética foi de 64,3% em 2024, amortecer um choque desta dimensão é compreensível. O problema começa-se, em paralelo, a participação dos municípios nas receitas das renováveis se traduzir num novo encargo sobre quem investe nas soluções que reduzem essa dependência.

Durante duas décadas, Portugal construiu uma política energética nesse sentido, parte dela durante Governos do Partido Socialista. Os leilões solares de 2019 e 2020 fixaram mínimos recorde de 14,76 e 11,14 euros por MWh e, em 2021, o país deixou de produzir eletricidade a partir do carvão. Criar agora um encargo

sobre o solar ou o eólico seria mudar esse sinal.

O princípio defendido na Convenção Autárquica Nacional do PS tem lógica: quem acolhe grandes infraestruturas suporta impactos e deve beneficiar de parte do valor criado. Portugal já o reconhece. Nas centrais eólicas ainda abrangidas por remuneração garantida, é devida aos municípios uma renda de 2,5% sobre o pagamento mensal da eletricidade produzida. Há ainda uma compensação única de 13.500 euros por MVA, suportada pelo Fundo Ambiental, para os municípios que acolhem novos centros eletroprodutores. Há custos locais reais e é legítimo compensá-los.

A palavra escolhida por José Luís Carneiro não é irrelevante. Falou no “ónus” suportado pelos territórios. Aplicado sem distinção a uma central solar ou a um parque eólico, o termo corre o risco de transformar a infraestrutura de que a economia precisa num incómodo a indemnizar. A questão decisiva não é se os municípios devem beneficiar. É saber de onde vem o dinheiro.

Eurico Brilhante Dias deu, entretanto, uma pista, ao garantir que o PS não quer “penalizar as energias renováveis” e ao defender que parte desse valor fique nos territórios em vez de seguir “direto para o Tesouro”. Se a solução passar por redistribuir receita que o Estado já arrecada, não se altera a rentabilidade do projeto. Se passar por um encargo adicional sobre quem investe, é essa garantia que fica em causa.

Em julho, a Autoridade Tributária passou a considerar, na avaliação para IMI, a universalidade dos bens, equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos e solares.

Kydland e Prescott, distinguidos com o Nobel da Economia em 2004, chamaram-lhe a inconsistência temporal: com o capital já imobilizado, cada obrigação adicional parece pequena. Um parque solar não muda de país depois de construído, mas o seguinte pode mudar antes de nascer.

Há ainda uma questão de competitividade das empresas. Na banda de consumo não doméstico mais representativa, taxas e impostos, incluindo custos de interesse económico geral, representavam 22% do preço da eletricidade em Portugal no segundo semestre de 2025, contra 15% em Espanha. Nessa banda, Portugal teve em 2025 a terceira componente de energia e redes mais baixa da União Europeia, só atrás da Suécia e da Finlândia, mas isso não chega: entre gerar um MWh e a fatura da empresa há encargos que podem reduzir essa vantagem.

É neste quadro que a Megasa anunciou mais de 300 milhões de euros de investimento em Portugal e classificou a compensação pelos custos indiretos de CO₂ como “da maior importância” para o futuro da siderurgia. Não é razoável atribuir o investimento a uma única medida; é razoável reconhecer que custos e previsibilidade regulatória pesam nas decisões industriais.

Num país obrigado a reduzir a dependência do petróleo, acrescentar custos ao setor que acelera essa redução é um erro que se paga devagar: o investimento que não chega não aparece no Orçamento nem deixa fatura.

É legítimo que os municípios recebam parte do valor criado pelas infraestruturas que acolhem. Mas repartir receita e acrescentar custo são escolhas diferentes. Sobre o preço do petróleo Portugal pouco pode fazer. Sobre as condições que oferece a quem investe nas alternativas, pode fazer muito.

A dependência já a pagamos a cada depósito atestado. Não queiramos começar agora a cobrar também a quem trabalha para que deixemos de pagar.

Professor universitário
e analista político



Sanna Marin “Quando caças russos invadirem o espaço aéreo europeu devemos abatê-los e dar um sinal claro a Putin”

FINLÂNDIA Em Lisboa para promover o seu livro *Esperança em ação: O futuro pertence-nos* e inaugurar as conferências Ideias de Ler, a antiga primeira-ministra finlandesa falou ao DN sobre ser um produto do Estado Social finlandês. Mais jovem chefe do governo quando foi eleita em 2019, aos 34 anos, mas agora afastada da política ativa, Sanna Marin garante que a Europa não pode mostrar fraqueza quando está a lidar tanto com a Rússia como com os EUA de Trump.

Foi com um “olá de novo” que Sanna Marin me recebeu para a entrevista, num hotel à beira Tejo. Na véspera, estivéramos à conversa num debate na embaixada da Finlândia em que a antiga primeira-ministra, além de temas como a covid-19 ou a NATO, falou dos desafios de ser jovem e mulher na política, do equilíbrio entre maternidade e carreira ou dos “escândalos” mediáticos que protagonizou, como as fotos de blazer e sem camisa numa capa de revista ou o vídeo numa festa em que surge a dançar e cantar. Polémicas nas quais vê uma “dualidade de critérios” dos media em relação aos seus colegas homens. Desta vez, limitada pelo tempo, focámo-nos mais na ameaça russa e nos desafios que a Europa enfrenta.

A Finlândia já tinha tido uma presidente e uma primeira-ministra, inclusive em simultâneo durante uns meses, quando foi eleita em 2019. Estamos a falar de um país que, ainda enquanto Grão-Ducado, um território autónomo do Império Russo, concedeu às mulheres não só o direito de voto, mas também o direito de serem eleitas para o parlamento, em 1906. Então, como explica o interesse em torno da sua eleição? Pfoi também por, aos 34 anos, se ter tornado a chefe do Governo mais jovem do mundo?

Para mim foi uma surpresa a atenção internacional que a minha eleição gerou. Claro que imaginava que seria notícia na Finlândia, mas não previa o interesse internacional que iria despertar. E arrependo-me, menciono-o no livro, de não ter apagado algumas fotografias da minha filha bebé do Instagram, porque foram publicadas em todo o mundo. Olhando para trás, devia ter imaginado. Claro que é notícia internacional que uma mulher de 34 anos se torne líder de um país.

Cresceu numa família com poucas posses. Foi criada por duas mulheres, num ambiente queer. Foi a primeira pessoa da sua família a ir para a universidade. Se não tivesse nascido na Finlândia, com o Estado Social finlandês, teria chegado onde chegou?

Eu diria que não. A minha história não é a de uma pessoa extraordinária. É uma história de

sucesso do modelo de Estado Social nórdico que me permitiu ter acesso a creches e a um ensino de elevadíssima qualidade. Consegui ir para a universidade sem pagar propinas e, mais tarde, seguir uma carreira na política porque tínhamos estas estruturas que me ajudaram, a mim, uma pessoa de origem pobre e humilde, a apanhar o elevador social. Por isso, estou extremamente grata ao meu país e às gerações anteriores que construíram este modelo de bem-estar social. E por isso escolhi juntar-me ao Partido Social-Democrata, porque queria salvaguardar estas estruturas, mas também promover mudanças e reformas para garantir que a nova geração tem as mesmas oportunidades que eu tive.

Um dos primeiros grandes desafios que teve de enfrentar como primeira-ministra foi a covid. Como foi lidar com algo tão inesperado e de rápida evolução como uma pandemia?

A covid foi uma crise excecionalmente difícil de gerir. Inicialmente, não tínhamos conhecimento. Não sabíamos que tipo de vírus era, como se propagava, que sintomas provocava a curto e longo prazo. Não sabíamos quais seriam as fases seguintes. Existiam diferentes modelos elaborados por especialistas de saúde que tentavam prever o percurso de propagação do vírus. Mas, ao princípio, não sabíamos o que iria acontecer. Com esse pouco conhecimento, tivemos de tomar decisões sem precedentes para proteger a nossa sociedade. Na Finlândia, foi necessário utilizar os geradores de emergência pela primeira vez desde as guerras. Foi preciso assumir o controlo político da situação e tomar essas decisões, mesmo sem saber se eram as corretas ou se teríamos de as alterar mais tarde.

A Suécia lidou com a covid de uma forma diferente, quase sem restrições. Isso criou algumas tensões entre os dois vizinhos?

A Suécia adotou uma abordagem diferente da dos outros países nórdicos. A Dinamarca, a Finlândia e a Noruega tiveram políticas bastante rigorosas em relação à covid. Adotámos o teletrabalho e as aulas *online*. Encerrámos grande parte das nossas sociedades para proteger os nossos cidadãos, sobretudo os mais vulneráveis. A Suécia escolheu um caminho diferente. Há

“A minha história não é a de uma pessoa extraordinária. É uma história de sucesso do modelo de Estado Social nórdico que me permitiu ter acesso a creches e a um ensino de elevadíssima qualidade. Consegui ir para a universidade sem pagar propinas e, mais tarde, seguir uma carreira na política.”

razões culturais para isso e administrativas também. Foi difícil, especialmente nas regiões fronteiriças. Por exemplo, na Lapónia as pessoas podem viver no lado finlandês, mas trabalhar no lado sueco. Foi complicado gerir estas regiões com políticas totalmente diferentes em relação à covid. E também com capacidades diferentes no que diz respeito ao sistema de saúde. Uma das razões pelas quais optámos por uma resposta tão rigorosa à covid foi que não tínhamos, e ainda não temos, camas de urgência ou hospitalares suficientes para todos. Assim, precisávamos de impedir a propagação da doença. Em situações de emergência sanitária deste tipo, é necessário trabalhar com

o sistema disponível. Mas mesmo tendo vivido uma pandemia global, o atual governo finlandês cortou ainda mais recursos na saúde. É algo que me aterroriza. Porque tenho quase a certeza que a covid não será a única pandemia global que enfrentaremos, infelizmente. E agora estamos a cortar na saúde. Isso não está certo.

Em fevereiro de 2022 deu-se a invasão russa da Ucrânia. E aquele dia acabou por ser um ponto de viragem para a Finlândia, que decidiu abandonar a neutralidade e aderir à NATO. Como foi este processo? A ameaça russa, que a Finlândia historicamente conhece bem, fez mudar as mentalidades quase do dia para a noite?

Sem a invasão em grande escala da Ucrânia, a Finlândia não teria decidido aderir à NATO durante o nosso governo. Antes da guerra, a maioria dos partidos políticos e a maioria dos cidadãos eram contra a adesão. Tínhamos essa opção prevista nos nossos documentos de política externa e de segurança, mas não havia consenso sobre a aplicação da adesão à NATO. E sem a guerra, não teria acontecido. Mas, após o início da invasão em grande escala, diria que talvez não da noite para o dia, mas quase, a mentalidade finlandesa mudou. E a razão foi a mesma que nos manteve militarmente não alinhados durante tanto tempo: garantir a segurança dos nossos cidadãos, do nosso país. Quando a Rússia iniciou a sua agressão, tentando invadir a Ucrânia,



**ESPERANÇA EM AÇÃO:
O FUTURO PERTENCE-NOS**

Sanna Marin

Ideias de Ler

264 páginas

percebemos que já não era seguro ficar de fora. Não podemos estar sozinhos se a Rússia representa uma ameaça tão grande para a Finlândia.

Passados três anos da adesão, como olha para a Aliança Atlântica e a forma como os EUA se têm vindo a afastar dos aliados?

Acho justo que os EUA questionem o porquê de financiarem a segurança europeia há tanto tempo. Claro que existem razões para tal, como a influência que exerceram no nosso continente. Mas, ainda assim, é justo perguntarem porque cabe aos cidadãos americanos pagar pela segurança da Europa. E disseram que se vão retirar do continente europeu, não completamente, mas de alguma forma. Isto significa que precisamos de construir capacidades de defesa europeias, uma dissuasão europeia própria. Temos de garantir que o nosso quintal está seguro. É uma oportunidade para nós, europeus, darmos um passo em frente.

Quatro anos e meio após a invasão russa, a guerra na Ucrânia continua. E vemos cada vez mais ameaças russas, sejam ataques híbridos, drones em aeroportos europeus ou cabos submarinos a serem cortados. Qual é a linha vermelha que os europeus não podem deixar a Rússia ultrapassar?

As linhas vermelhas já estão definidas. Não devemos deixar passar em claro tudo o que a Rússia está a fazer: cortar cabos submarinos, enviar drones, invadir o nosso espaço aéreo, utilizar diferentes tipos de armas híbridas e realizar ataques informáticos. São todos atos de agressão por

parte da Rússia, com os quais tenta medir as nossas reações e aprender com o nosso comportamento. Devemos responder a estas ações com força e determinação. Isso significa que, quando caças russos invadirem o espaço aéreo europeu ou o espaço aéreo da NATO, devemos abatê-los e dar um sinal claro a Putin de que isso não é tolerado. Porque se não formos claros e firmes na nossa resposta, eles vão continuar.

Mas não teme que se um país europeu responder...

Não tenho medo. Não devemos ter medo. É retórica de Putin dizer que vai haver uma escalada. Pergunto: qual escalada? Já atacaram um país europeu. Estão a matar cidadãos. Estão a atacar a infraestrutura civil. Então, o que é essa tal escalada?

Portanto, não teme que uma retaliação europeia possa levar a uma guerra em grande escala com a Rússia?

Não devemos ter medo e não devemos deixar que o medo dite a nossa resposta. Encontrar-nos-emos numa situação muito mais difícil e haverá uma guerra muito mais ampla na Europa se não mostrarmos força agora perante a Rússia.

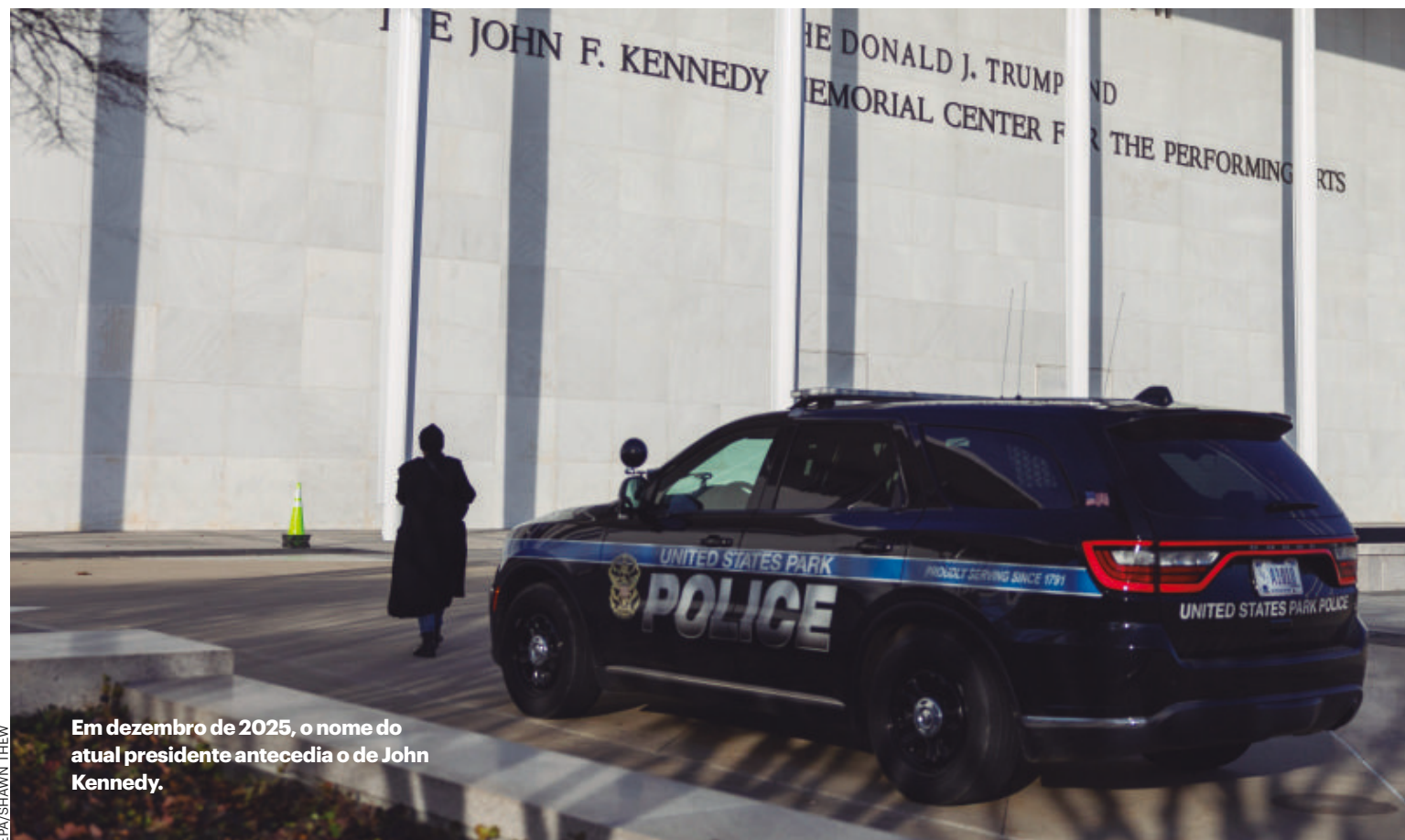
Em 2019, enquanto ministra dos Transportes, esteve com o presidente finlandês na Casa Branca, onde conheceu Donald Trump. Como vê a forma como a Europa está a lidar agora com esta segunda Administração Trump?

Penso que uma lógica semelhante se aplica quando se interage com o presidente Trump. Não creio que ganhemos nada em demonstrar fraqueza. Temos de ser claros e construtivos, mas também representar os valores e as decisões dos cidadãos europeus. Trump respeitará muito mais os líderes fortes, que se mantiverem firmes, do que os que tentam agradar-lhe ou rastejar diante dele. E penso que cometemos o erro de pensar que, curvando-nos e rastejando, conseguiríamos alguma coisa.

Atualmente, está afastada da política ativa. Integra desde 2023 o Tony Blair Institute for Global Change como conselheira estratégica. Voltar à política é uma possibilidade, talvez num cargo europeu?

Neste momento, não tenho planos para voltar à política ou candidatar-me a qualquer cargo. Mas nunca se sabe o que o futuro nos reserva.





EPA/SHAWN THEW

Em dezembro de 2025, o nome do atual presidente antecedia o de John Kennedy.

Kennedy Center, da “Meca artística” à ameaça de demolição

EUA Eisenhower e Kennedy impulsionaram a criação do centro de artes. Trump renova significado de “política de fachada”, ao querer imortalizar o seu nome no edifício.

TEXTO CÉSAR AVÓ

A fotografia de Donald Trump, dentro do avião presidencial, a olhar para o que aparentava ser os planos de demolição do Kennedy Center foi o mais recente sinal de alarme para aqueles que temem o pior desde que o presidente dos EUA se imiscuiu na instituição. Ainda por cima, nessa mesma quarta-feira, havia dito aos jornalistas que o centro de artes performativas poderia “acabar demolido”.

O futuro do Kennedy Center é uma incógnita. A obsessão do empresário nova-iorquino em ver o seu nome gravado no edifício não dá mostras de ceder, ainda que a justiça já tenha clarificado que não cabe à administração do centro – nomeada por Trump e que de seguida o elevou a presidente do conselho de adminis-

tração –, mas ao Congresso. A decisão de rebatizar o centro foi revertida em maio. No dia 13, a administração voltou à carga, desta vez para aprovar a inscrição “Restaurado e renovado pelo presidente Donald J. Trump” na fachada do edifício, bem como de dar o nome do presidente a uma praça nos seus terrenos. Na terça-feira, o juiz Christopher Cooper deliberou de novo que não há base legal para os administradores mexerem numa disposição legal. Em resultado, no mesmo dia, a equipa dirigente aprovou o encerramento imediato para renovações que durarão dois anos. De seguida, os visitantes foram convidados a sair das instalações.

Na quarta-feira, Trump apresentava o problema e a solução, ao dizer que era quem tinha o poder de abrir ou de fechar o espa-

ço. “Gostaria de poder salvá-lo, mas isso vai exigir muitos subsídios no futuro. E para nós, enquanto administração, querer fazer isso, penso que a administração Trump deve ser reconhecida. Caso contrário vai fechar e vai acabar por ser demolido.” Horas depois, o mesmo juiz ordenou

Trump condicionou as obras de 250 milhões de renovação do Kennedy Center à aposição do seu nome na fachada do edifício.

que o centro avise com mais de 30 dias antes de qualquer mudança nos planos de construção, incluindo demolições, e pediu uma atualização da situação até quarta-feira.

Em 1955, o presidente Dwight Eisenhower criou uma comissão para planejar a construção de um auditório público em Washington. Três anos depois, uma lei autorizou a angariação de fundos e a construção do que imaginava vir a ser “uma Meca artística” na capital do país. Em 1962, Kennedy disse que os EUA tinham uma “responsabilidade especial para as artes” enquanto sociedade democrática. “Porque a arte é o grande democratizador, despertando o génio criativo em todos os setores da sociedade, sem se importar com raça, religião, riqueza ou cor”, afirmou Kennedy.

O “embelezamento” de Washington

Donald Trump quer deixar marca em Washington com obras ao seu gosto. Em março de 2025, através de uma ordem executiva, aprovou o “embelezamento” do Distrito de Columbia, envolvendo a Guarda Nacional em tarefas de limpeza e manutenção. Para o orçamento de 2027, prevê 10 mil milhões de dólares para mais obras. Uma delas é um arco do triunfo a construir junto do cemitério de Arlington (o que já levou um grupo de veteranos a apresentar um processo judicial). Ontem, Trump disse que tinha concordado, a “forte pedido” dos militares, em transformar o arco “num complexo militar”, “capaz de acolher drones e atiradores furtivos, além de armazenar munições”. Mais fácil de levar a cabo, mas também controversa, foi a reposição da estátua do general confederado Albert Pike, que tinha sido derrubada nos protestos Black Lives Matter. Além disso, uma réplica da estátua de Cristóvão Colombo, também destruída em 2020 em Baltimore, está agora junto do edifício Eisenhower. Por sua vez, Trump quer ver este prédio de granito, onde se situa o gabinete do vice-presidente, pintado de branco. O presidente também queria ver o Espelho d’água do Memorial de Lincoln a refletir um azul como o da bandeira, mas milhões de dólares e acusações de vandalismo depois, a obra saldou-se num fiasco. A praça Lafayette, defronte da Casa Branca e palco dos protestos contra Trump no primeiro mandato, está fechada para obras, com planos para que fique vedada de forma permanente. Mas a obra mais visível até agora é o salão de baile – e que, afinal, envolve um bunker – devido à demolição da ala leste da Casa Branca. No último episódio da guerra judicial, o Supremo permitiu que as obras avancem, sem decidir se as mesmas – cujo orçamento e financiamento continuam por esclarecer – são legais. Outras mudanças de Trump na Casa Branca incluem um heliporto de granito e a pavimentação do jardim de rosas.

Ucrânia lança grande ataque a Moscovo

GUERRA Ofensiva envolveu milhares de drones, bem como mísseis ucranianos, e atingiu a Rússia no último dia das eleições parlamentares. Edil de Moscovo fala em ataque “sem precedentes”.

TEXTO ANA MEIRELES

Kiev lançou na madrugada de ontem mais de mil drones contra a Rússia, incluindo centenas dirigidos a Moscovo, um ataque confirmado pelas autoridades locais e que teve lugar no último dos três dias das eleições parlamentares russas.

Informações avançadas pelo autarca da capital russa, Sergei Sobyenin, mais de 1600 drones foram intercedidos e abatidos, sendo que 450 deles tinham como alvo Moscovo. O Ministério da Defesa russo, por seu turno, disse que as suas forças abateram 1100 drones ucranianos em todo o país.

“O ataque sem precedentes foi claramente planeado com o objetivo de perturbar as eleições. O inimigo não foi bem-sucedido”, escreveu Sobyenin no Telegram, revelando a existência de danos numa refinaria de petróleo e num edifício residencial na capital russa. Já o governador da região de Moscovo, Andrey Vorobyov, informou que pelo menos duas pessoas morreram – uma mulher de 44 anos e um homem de 71 – e que um incêndio causado pela queda de um drone num edifício de 21 andares levou à retirada de 400 pessoas.

Volodymyr Zelensky afirmou ontem que a Ucrânia utilizou



Fumo sobe atrás de um edifício em Dzerzhinsky, região de Moscovo.

uma variedade de mísseis e drones no ataque – incluindo os mísseis Flamingo e Pelican, de fabrico ucraniano – para atingir instalações petrolíferas e de logística. “São milhares de milhões de dólares que sustentam a máquina de guerra”, disse o presidente ucraniano, numa referência à pressão financeira que Kiev tem vindo a exercer na economia da Rússia com os seus ataques.

“Na região de Moscovo, as nossas respostas de longo alcance foram muito eficazes. Houve danos numa das principais empresas da indústria petrolífera da Rússia e num local de logística do agressor”, prosseguiu Zelensky. “Moscovo deve parar de construir sistemas de defesa aérea em camadas às custas de outras regiões e, em vez disso, encerrar sua guerra brutal e escolher a paz”. Segundo o Estado-Maior da Ucrânia, os drones atingiram a refinaria Gazpromneft-Moscovo, perto da capital russa, provocando “um incêndio de grandes proporções”.

Irão alerta contra nova escalada dos Estados Unidos e aliados

TENSÃO Trump diz estar a tomar decisões quanto a Teerão, prevendo “coisas muito grandes” para o futuro próximo.

O Irão alertou ontem contra qualquer novo grande ataque por parte dos Estados Unidos e dos seus aliados, afirmando ter informações de que tal ação estava a ser preparada. Citado pelos *media* estatais, o comando central das forças armadas do Irão garantiu que qualquer novo ataque desencadeará uma retaliação sustentada contra as bases e os interesses dos Estados Unidos, e que os aliados regionais de Washington seriam consideradas partes no conflito.

Já o líder do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irão, Mohsen Rezaei, disse ontem à Al Jazeera que aguardam a resposta de Donald Trump depois de Teerão ter comunicado as suas condições, através do Qatar, para terminar a guerra, não tendo indicado quando estas terão sido apresentadas.

Rezaei afirmou que incluem o

fim da guerra em todas as frentes, a libertação de bens iranianos retidos e o fim do bloqueio naval dos EUA aos portos do Irão, mas também o fim dos combates que envolvem o Iémen e a Arábia Saudita – a coligação militar liderada pelos sauditas anunciou ontem que intercedeu um míssil lançado pelos Houthis do Iémen em direção a Riade, atacada pela primeira vez desde o retomar das hostilidades entre as duas partes.

O presidente dos EUA, por seu turno, disse ontem à Fox News que está numa fase de “tomada de decisões” em relação ao Irão, prevendo “coisas muito grandes” para o futuro próximo enquanto avalia as suas opções no conflito.

O jornalista Trey Yingst avançou que Trump lhe disse estar a considerar algumas alternativas, incluindo “aniquilar o Irão”, “deixá-lo definhando economicamente” ou fechar um acordo. **A.M.**



COMUNICADO

PONTE 25 DE ABRIL

CONDICIONAMENTOS AO TRÂNSITO PARA TRABALHOS DE REPAVIMENTAÇÃO

21 a 25 de setembro

No cumprimento do programa de manutenção de rotina previamente estabelecido, serão realizados trabalhos de repavimentação no tabuleiro da Ponte 25 de Abril, entre os dias 21 e 25 de setembro.

Os trabalhos decorrem em **período noturno, entre as 22h00 e as 06h00**, implicando condicionamentos temporários à circulação.

Nas noites de **21 e 22 de setembro** será necessário proceder ao **corte simultâneo de duas vias em cada sentido**.

Durante toda a intervenção, a Ponte 25 de Abril permanecerá aberta ao trânsito, embora com circulação condicionada.

A Lusoponte recomenda que as deslocações sejam planeadas antecipadamente e agradece desde já, a melhor compreensão para os eventuais incómodos que esta intervenção possa vir a causar.



O chanceler alemão fez uma curta declaração após serem conhecidas as projeções das eleições deste domingo.

Merz assume “desastre” eleitoral, mas mantém-se como chanceler

ALEMANHA A AfD deverá ser o partido mais votado em Mecklemburgo. O Die Linke saltou para o primeiro lugar em Berlim.

TEXTO ANA MEIRELES

Friedrich Merz classificou ontem os resultados da sua CDU nas eleições regionais de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental como “um desastre”, mas este lamento veio acompanhado de um tom desafiador quanto ao futuro da Alemanha, afastando assim um cenário de demissão.

“Não se pode minimizar o resultado em Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, é um desastre”, afirmou o chanceler alemão em comunicado, sublinhando, porém, que “a resposta não pode ser um regresso aos ‘bons velhos tempos’”, nem “destruir a todo momento verbalmente tudo o que é bom.”

Para o líder da União Democrata-Cristã e do governo federal, “a resposta deve ser preparar o nosso país para o futuro”, sublinhando que “as reformas têm de acontecer” e dizendo acreditar que “a Alemanha é capaz de realizar reformas”. “Estas reformas são um remédio contra o veneno autoritário”, prosseguiu Merz no mesmo comunicado, no que parece

ser uma referência ao partido de extrema-direita AfD.

“Estamos a assumir esta responsabilidade. Estou a assumir esta responsabilidade porque quero fazer o nosso país avançar”, acrescentou.

Mais tarde, numa curta declaração aos jornalistas, Friedrich Merz disse que iria continuar a trabalhar para concretizar a sua visão para o futuro da Alemanha. “Quero que o nosso país seja um país que acredita na sua própria força”.

O partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD) deverá conquistar a maioria dos votos no Estado de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, enquanto o partido de extrema-esquerda Die Linke saltou para o 1.º lugar em Berlim, segundo as projeções iniciais divulgadas pela ARD.

Em Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, as sondagens à boca das urnas indicavam este domingo que o partido de extrema-direita AfD iria obter 37,3% dos votos, ligeiramente à frente

do Partido Social-Democrata (SPD), de centro-esquerda, que registava 35,5%, e até agora governava este estado da ex-RDA. Já a CDU deveria cair para 5,3%, apenas 0,3 pontos acima do mínimo para entrar no Parlamento estadual. A confirmar-se, este será o pior resultado regional da CDU, que nas últimas eleições tinha obtido 13,3% dos votos.

Esta será a segunda vitória estadual seguida da AfD – há duas semanas foi o partido mais votado na Saxónia-Anhalt –, mas a expressão dos votos é insuficiente para que consiga governar, já que nenhum outro partido se mostrou até agora disponível para cortar o cordão sanitário à extrema-direita.

Em Berlim, projetava-se que o Die Link fosse o partido mais votado, com 24,9%, uma subida de 12,7 pontos face à última eleição. A CDU, que até agora governava esta cidade-estado, é apontada como a segunda maior força política, com 20%, menos 8,2 pontos que nas últimas eleições. Seguiu-se a AfD, com 15,7%, o que representa uma subida de 6,6 pontos.



Arabesco Raulesco
Raúl M. Braga Pires

Legislativas Marrocos: entre abstenção e futebol!

Mais importante que tentar adivinhar percentagens e quem ganha, e perde nas legislativas desta quarta, 23, em Marrocos, é perceber o actual “ambiente de negócios”, fruto da circunstância. E qual é a circunstância?

Primeiro, celebrou-se este ano 27 anos de reinado Mohamed VI, o que dá um filtro de fim de ciclo, de Tânger a Lagouira. Nesta frequência, os súbditos/as, não trocam de voto, ou não votam.

Segundo, é o facto de o ainda primeiro-ministro (PM), Aziz Akhannouch, ter, em janeiro, anunciado que não seria candidato em Setembro. Esta surpresa, provocou o “e agora?”, no RNI – Reunião Nacional dos Independentes, que encabeça a coligação governamental, com PAM – quando a Autenticidade encontra a Modernidade, e o Istiqlal – Independência, desde 1937.

Uma terceira circunstância, que também vem de longe, é o facto de o sistema eleitoral marroquino ter sido pensado, concebido e aplicado pelo segundo rei do Marrocos independente, Hassan II, pai de Mohamed VI e avô do futuro Hassan III, oxalá!

Ainda dentro desta terceira circunstância, ter presente que o método de Hondt, o modelo matemático que transforma votos em percentagens/mandatos, permite ajustes (previstos e matematicamente honestos), cuja escolha, no caso marroquino, favorece a pulverização pelos pequenos partidos. Isto é fundamental para uma inclusão, que permite depois um “dividir para reinar”!

Dito isto, a conclusão é a seguinte:

– o sistema eleitoral marroquino, com 395 deputados está preparado para que os governos sejam sempre coligações de três/quatro partidos, forma de se conseguir a maioria parlamentar, que o sustentará. Perante isto, a taxa de abstenção, deverá definir uma continuidade, que poderá ser também mobilizadora, apesar de o tempo parecer agora suspenso, passados 27 anos. Como?

A crescente possibilidade do próximo PM marroquino, ter ligações ao futebol, depende, de facto, da vitória do PAM, mas Fouzi Lekjaâ, pr. da Fed. Marroquina de Futebol, e recém-sócio dos “autênticos e modernos”, reúne condições para a mobilização do voto no seu partido, aumentando a possibilidade de, finalmente, o partido que germinou do Movimento Para Todos os Democratas (2008), do agora conselheiro da “Távola Redonda MVI”, Fouad Ali El Himma, “ganhar a eleição de 2011”, que perdeu para os “barbudos”!

Depois, há que seguir a Constituição, que isto é uma democracia! O artigo 47.º da Constituição, não define o secretário-geral do partido vencedor, enquanto PM. A obrigatoriedade, a regra, é a proveniência partidária do nomeado a PM, e não o posto que ocupa no partido.

Fouzi Lekjaâ, arrisca-se, de facto, a assumir o cargo de Gestor Nacional, após 12 anos de boa gestão do futebol marroquino. *Bon Courage Sahbi!*

Político/Arabista
Professor do Instituto Piaget
de Almada
Escreve de acordo com
a antiga ortografia



NOVA
EDIÇÃO

JÁ NAS BANCAS
À TUA ESPERA!



Men'sHealth COM OS HOMENS DE HOJE,
PELOS HOMENS DE AMANHÃ



Tamila Holub

Olímpica troca a piscina pela neve e aponta aos Jogos de Inverno

ENTREVISTA Depois de duas participações olímpicas na natação, a atleta portuguesa abraça o esqui de fundo, modalidade que descobriu em Milão-Cortina. A Noruega será uma base importante de preparação para um desafio que admite poder levá-la de novo aos Jogos.

TEXTO CECÍLIA CARMO

Tamila Holub deixou a competição na natação, mas não o alto rendimento. A antiga olímpica portuguesa encontrou no esqui de fundo um novo desafio, alimentado pela paixão que sentiu ao acompanhar os Jogos de Inverno de Milão-Cortina. Com treinos em Portugal e na Noruega, a atleta acredita que poderá

transferir para a neve a resistência e a capacidade de sofrimento construídas na piscina. A ambição é clara: evoluir tecnicamente, competir ao mais alto nível e, quem sabe, chegar aos próximos Jogos Olímpicos de Inverno.

Em paralelo, Holub continuará como vice-presidente da Comissão de Atletas do Comité Internacional dos Jogos do Medi-

terrâneo, cargo que considera compatível com esta nova etapa desportiva.

Já se sabia que tinha deixado a natação. O que a levou a trocar a água pela neve?

Tenho uma teoria: continua a ser água, apenas numa outra forma. Esse é o meu principal argumento para dizer que me

mantenho no meio aquático, só que agora um bocadinho mais frio. Mas os Jogos Olímpicos de Inverno fizeram-me perceber algo que já vinha a sentir.

Deixei de competir e de praticar natação, mas qualquer exercício físico que faça, seja no ginásio ou a correr, não consigo fazê-lo de forma tranquila. Acho que todos os atletas passam por isso. Estamos tão habituados a competir e a dar tudo que, depois, no dia a dia, qualquer exercício físico nos sabe a pouco. Senti que precisava de voltar a ter um objetivo que me desafiasse verdadeiramente.

Porquê o esqui de fundo e não, por exemplo, a patinagem no gelo?

O principal motivo foi ter estado em Predazzo, nos Jogos Olímpicos de Inverno, onde decorria o esqui de fundo e os saltos de esqui. Tive a sorte de assistir ao esqui de fundo e apaixonei-me. Gostei imenso da atmosfera, do ambiente e dos atletas. Fez-me ficar nostálgica e tocou-me.

Senti logo que isto poderia correr muito bem, até porque é uma modalidade muito semelhante à natação naquilo que exige em termos de treino. Há uma grande componente de resistência, de capacidade aeróbica e de trabalho continuado. Foi uma sensação muito imediata: percebi que talvez pudesse encontrar ali o desafio que procurava.

Que características precisa agora de desenvolver para evoluir?

A técnica, sem dúvida. O pulmão, a caixa e o motor estão lá. Tenho comprovado isso a mim própria na corrida, algo que nunca fazia. Brinca-se muito com a ideia de que os nadadores não sabem correr, mas estou aqui para provar o contrário.

A corrida faz parte do treino de esqui de fundo e percebo que tenho força e resistência. Falta-me muito a componente técnica, porque estamos a falar de uma modalidade muito desafiante em termos de estabilidade, de coordenação e de domínio do material. É isso que preciso de trabalhar mais intensamente.

Precisava de voltar a sentir-se desafiada?

Sim. Na natação também me tentava desafiar, mas fui desafiada na mesma coisa durante tantos anos que já não me fazia sentir da mesma maneira. Agora tenho um desafio completamente novo, com muito para aprender e uma margem enorme para evoluir.

É uma sensação semelhante à que tinha quando era mais nova e tudo estava por conquistar. Voltei a sentir que tenho um caminho grande pela frente e isso é muito motivador.

Como reagiu a Federação de Desportos de Inverno quando

soube que queria treinar a sério?

Conhecemo-nos pessoalmente em Milão e, na brincadeira, disse-lhes que, desde que me arrandassem um capacete cor-de-rosa, podiam dizer-me o que fazer. Rimo-nos, mas fui mantendo contacto com o José Cabeça, atleta português de esqui de fundo.

Foi ele que, em Milão-Cortina, me disse: “Vem comigo, vamos experimentar.” No fundo, foi o meu primeiro professor e logo um professor olímpico, por isso considero-me uma sortuda. Quando lhes liguei, ficaram surpreendidos, mas também reconheceram que não era totalmente inesperado. Eu tinha brincado, mas não estava apenas a brincar.

Os próximos Jogos Olímpicos de Inverno são uma utopia ou uma possibilidade real?

Podem ser totalmente uma realidade. O desporto ensina-nos a ser pragmáticos. Depois de muitos anos de alto rendimento, sabemos como funcionam os mecanismos, os tempos, os parciais e o nosso corpo. Por vezes, tornamo-nos tão pragmáticos que deixamos de sonhar.

Aqui aconteceu o contrário. Mal vi esta modalidade em Milão e calcei as botas e os esquis, fiz alguns exercícios e percebi que podia resultar. Todos os anos de treino não foram em vão: tenho muito controlo do corpo e uma experiência competitiva que também pode ser importante neste processo.

Também já recebeu validação técnica para avançar?

Tive a oportunidade de treinar na Noruega com Ragnar, treinador de José Cabeça, a quem pedi uma opinião honesta sobre esta aventura. Estive quatro dias no país a fazer testes e saí de lá com a convicção de que este projeto tem condições para resultar.

Foi importante ouvir uma opinião externa e técnica, de alguém que conhece profundamente a modalidade e que não tinha qualquer razão para me dizer aquilo que eu queria ouvir. A sensação foi muito positiva e deu-me ainda mais vontade de avançar.

Como será feita a preparação, tendo em conta que Portugal não é um país de neve?

Vou ter de comprar bacalhau norueguês e português e dividir-me entre os dois países. Faz parte. Em novembro terei a primeira viagem a Oslo, para o centro de treinos. Durante o verão faço



rollerski, que é semelhante à patinagem em linha. Não é a mesma coisa, mas o mecanismo é muito parecido e permite trabalhar muitos dos gestos técnicos e físicos da modalidade.

Quando cair a primeira neve, atacamos as rampas, as subidas e tudo o que vier. Será uma adaptação grande, mas sei que, para competir neste nível, será necessário passar tempo fora de Portugal e procurar as melhores condições de treino.

Está visivelmente entusiasmada com esta nova etapa.

Estou a sentir o entusiasmo que sentia pela natação quando tinha 14, 15 ou 16 anos. Tenho um horizonte pela frente, um Everest para alcançar. Na natação, tive a sorte de participar em dois Jogos Olímpicos e sinto um orgulho imenso por aquilo que alcancei. Aqui vejo uma montanha à minha frente e quero muito trabalhar para alcançar um passo de cada vez, sem deixar de olhar lá para cima. É uma modalidade nova, mas é precisamente isso que torna este caminho tão estimulante.

Já definiu as distâncias em que se vê a competir?

Ainda será tudo uma descoberta. Mas, conhecendo o meu corpo, cheira-me que serei fundista. A natação habituou-me a distâncias longas e a um tipo de esforço prolongado, por isso talvez siga essa tendência no esqui de fundo.

Mas quero primeiro conhecer melhor a modalidade, perceber onde estão as minhas maiores valências e trabalhar muito. Só depois fará sentido definir objetivos mais concretos em relação às distâncias.

Poderá tornar-se a primeira atleta portuguesa a competir em Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno. Esse também é um estímulo?

Claro que sim. Foi uma das coisas que me fez pensar que podia fazer algo engraçado e deixar uma marca na história. Tudo o que seja um bocadinho fora da caixa chama a atenção para o desporto e para as nossas modalidades.

Sempre defendi isso e sempre lutei por isso. Se puder dizer “estamos aqui, estas modalidades existem”, é isso que quero fazer. Conseguir estar ligada aos Jogos de Verão e aos Jogos de Inverno seria algo muito especial, mas também uma forma de dar visibilidade ao esqui de fundo e aos desportos de inverno em Portugal.

Vai continuar como vice-presidente da Comissão de Atletas do Comité Internacional dos Jogos do Mediterrâneo?

Claro que sim, sem a mínima dúvida. É um caminho paralelo a este novo desafio e acho que se complementam. Ao longo da carreira falamos muito com outros atletas e partilhamos as dificuldades do treino, a falta de condições e aquilo de que precisamos.

Voltar a estar próxima dos atletas, agora também dos desportos de inverno, é uma grande vantagem. Os problemas dos atletas de há dez ou 15 anos não são os mesmos de hoje. A melhor forma de lutar pelos seus interesses é manter-me neste mundo, ouvir quem está a competir e perceber, de perto, aquilo de que os atletas realmente precisam.

Real perde dérbi e Mourinho ataca o “pobre árbitro”

ESPANHA Atlético impôs a segunda derrota na liga espanhola aos ‘merengues’ (2-1), em jogo da 7.ª jornada.

O primeiro dérbi de Madrid da época 2026/27 não foi quentinho, foi escalante e acabou um triunfo do Atlético de Madrid (2-1) e um José Mourinho em fúria com a arbitragem do encontro da 7.ª jornada da liga espanhola.

Logo após o final do jogo, quando questionado sobre a atuação do árbitro, o técnico português mostrou uma folha com imagens dos dois lances mais polémicos do encontro - faltas sobre Bellingham e Valverde - e atirou: “Podíamos poupar a conferência, a história do jogo está aqui. São dois vermelhos claros.”

Além de visar Ortiz Arias, “um pobre árbitro, que só apitou jogos pequenitos” e que não aguentou a pressão do dérbi, Mourinho deu “os parabéns ao Comité de Designa-

ção de Árbitros”, pela nomeação “estranha”.

Num jogo equilibrado e com poucas oportunidades de golo, só o segundo tempo trouxe golos. Aos 53 minutos, o ex-benfiquista Grimaldo fez o 1-0 para a equipa de Simeone de grande penalidade, e o 2-0 surgiu pouco depois, por Jonathan David.

A perder por dois golos de diferença, o Real Madrid ainda iria reduzir com ajuda do português Bernardo Silva. Lançado aos 82 minutos, o médio serviu Rudiger para o golo da honra *merengue*.

O Real Madrid somou a segunda derrota no campeonato, tendo agora 15 pontos... menos seis do que o líder Barcelona, que venceu o Sevilla, por 3-1, com um *hat-trick* de Raphinha.

Concentração e recuperação. Era Jorge Jesus arranca hoje

SELEÇÃO Comitativa nacional irá marcar presença no Portugal Football Globes da FPF esta noite.

A seleção nacional de futebol concentra-se esta segunda-feira na Cidade do Futebol, com vista ao quádruplo compromisso de Portugal de apuramento para a final four da Liga das Nações.

Os 25 jogadores chamados por Jorge Jesus, que incluiu as novidades de João Palhinha, Samuel Soares, Nuno Tavares e Fábio Silva, podem apresentar-se até às 15h00, tendo o selecionador nacional definido que hoje só haverá treino de recuperação e sem jornalistas por perto. Ou seja ninguém falará à comunicação social no arranque dos trabalhos.

À noite, por volta das 21h00, segundo a informação partilhada pela Federação Portuguesa de Futebol, a comitativa irá marcar presença no Portu-

gal Football Globes, um evento da organização liderada por Pedro Proença.

Depois da vitória na primeira edição da prova (2019), Portugal conquistou pela segunda vez a Liga das Nações em 2025 e inicia agora novo apuramento. A defesa do título começa dia 24 de setembro, no Estádio José Alvalade, perante o País de Gales, naquele que será o jogo de estreia de Jorge Jesus no banco nacional.

Seguem-se depois os jogos com a Noruega (dia 27, em Oslo), a Dinamarca (dia 1 de outubro, em Copenhaga) e a Noruega (dia 4 de outubro, no Estádio do Dragão, 19h45). Para novembro fica a deslocação ao País de Gales (dia 14) e a receção à Dinamarca (dia 17).

Inês Zenha mostra 'Águas Turvas' no CAM. Uma imersão subterrânea na estranheza

ARTE Centro de Arte Moderna da Gulbenkian inaugurou duas exposições. *Águas Turvas* de Inês Zenha está patente no Espaço Projeto até 8 de fevereiro de 2027, vinda do Museu Centro de Arte Dos de Mayo, em Madrid. E a instalação sonora *A Exposição de um Sonho*, com música do alemão FM Einheit e curadoria de Mathieu Copeland, ocupa o Espaço Engawa.

TEXTO **CARLA ALVES RIBEIRO** FOTOS **LEONARDO NEGRÃO**



A participação na Arco Madrid abriu as portas de Espanha ao trabalho de Inês Zenha.

Entar nesta exposição é confrontarmo-nos com o que é aberrante, com o que é rejeitado, eliminado. O ambiente é escuro, subterrâneo, de esgoto. Há canos e tubagens que evocam a passagem de águas residuais e dos quais irrompem formas que podem ser – ou não ser –, plantas, órgãos do corpo, criaturas. Há um mural que parece pele com pelos. Em *Águas Turvas*, Inês Zenha convida-nos a “enfrentarmos o que é estranho

e o que nos é artificialmente e culturalmente imposto como algo de não natural, que pode até provocar sentimentos de nojo, de julgamento, de medo”.

E nós somos o nosso pior inimigo. “Por isso, quando caminhamos por este percurso subterrâneo, estamos a caminhar dentro de nós. Daí as personagens das pinturas terem sempre os olhos cerrados. A exposição é muito um olhar interior”, diz a artista, explicando que este trabalho resulta

de um percurso pessoal. “De eu própria, dentro da cultura portuguesa e de uma educação bastante católica, lidar com essas questões e tentar libertar-me desses constrangimentos sociais. O meu trabalho artístico tem-me ajudado muito nisso, tem-me dado muita força.”

Nesta primeira exposição de Inês Zenha numa instituição cultural de grande dimensão em Portugal, são mostradas esculturas em cerâmica, um mural em

barro cru, e um tríptico de pinturas. Salta à vista a qualidade do trabalho cerâmico da artista, nas formas e diferentes acabamentos, mas o material é apenas um meio de expressão das suas inquietações muito ligadas ao universo *queer*.

Há no trabalho artístico de Inês Zenha “um diálogo entre dois polos: a materialidade, o barro, a cerâmica, os vidrados, materiais que se trabalham com as mãos, com o corpo, que implicam um

gesto físico, e isso está muito presente no trabalho. Mas, por outro lado, há essa agência política, essa reivindicação de um lugar de fala que é *queer*, e que pretende ter uma agência no mundo”, diz Luís Silva, curador da exposição juntamente com João Mourão, fundadores do espaço Kunsthalle Lissabon onde a artista já expôs.

Águas Turvas foi apresentada pela primeira vez em Madrid no ano passado, no Museu Centro de Arte Dos de Mayo (CA2M), numa versão mais alargada. A mostra foi adaptada para o Espaço Projeto do CAM, mais pequeno, e inclui uma peça nova, *Somos Lodo* (2026), da qual escorre água, um elemento central neste projeto. “Eu gosto muito da questão de corpos de água. Tudo é água. A água que uma vez esteve em mim, agora está em ti. Nós somos feitos de todas as águas e a água é um líquido que continua sempre”, diz Inês Zenha.

Nesta mostra há também muito corpo, como sublinha João Mourão. “Uma das presenças mais fortes é a presença do corpo *queer*, um corpo que é estranho, que é estrangeiro, de alguma forma, e que pensa questões relacionadas com o esgoto, com a transpiração, com os pelos. A Inês interessa-se por essas partes mais estranhas e mais bizarras do corpo humano e da própria cidade”.

No mural *Desenterro*, feito de barro cru, começou a nascer palha, o que também simboliza “sobrevivência” num mundo hostil. “Há um pensamento sobre plantas naturais e como elas apresentam esta questão da resistência, como elas aparecem no meio do cimento. É uma metáfora para pensar o corpo *queer* como identidade que está sempre a sobreviver de alguma forma, está sempre a procurar caminhos”, indica o curador.

Além do mural e esculturas em cerâmica, a exposição inclui uma pintura em três partes, *Águas-Vivas*. O formato é de “panorama”, “historicamente associado à conquista, ao poder e à construção de imaginários patriarcais e heteronormativos”, lê-se na descrição da peça. As telas criam um contraponto com a restantes peças. “As pinturas são quase um desenterro, uma passagem a um espaço mais elevado, não tão subterrâneo”, considera João Mourão. “É a primeira vez que a Inês usa o verde nas pinturas, que tem essa luz e essa estranheza do nevoeiro. As figuras que aparecem são sem gé-

nero, são figuras que recusam esse binómio do masculino-feminino, que se abraçam, entrelaçam e se sustentam umas às outras”.

Inês Zenha estudou Belas-Artes na Central Saint Martins, em Londres, passou os últimos sete anos em Paris, e está representada em várias coleções, entre as quais a Coleção de Arte Contemporânea do Estado Português, o Museu Thyssen-Bornemisza e o Museu CA2M.

A artista começou a trabalhar com cerâmica há poucos anos. “Eu fazia um trabalho muito diferente, até ao período da covid, eu diria. Nessa altura estava numa residência artística em França e não tinha grandes condições de trabalho ou dinheiro de produção. Mas eles tinham muita terra e um forno de cerâmica”.

Revela que estava a passar por um período difícil na sua vida, a nível psicológico. “Precisava de fazer algo para mim. Eu fui bastante formatada pela minha universidade de artes. Em acreditar que não havia espaço na arte para o íntimo, o pessoal, para as emoções, para o figurativo. Mas comecei a brincar com as cerâmicas. Comecei a fazer órgãos sexuais, diferentes órgãos, flores, animais. E aquilo abriu-me um caminho que eu não estava à espera. E as

“Quando caminhamos por este percurso subterrâneo, estamos a caminhar dentro de nós. Daí as personagens das pinturas terem sempre os olhos cerrados. A exposição é muito um olhar interior”, diz Inês Zenha.

pinturas também. E foi aí que o mundo da arte se tornou interessante para mim”, diz ao DN.

Afirma que tem dificuldade em assumir-se como escultora. “Digo sempre que sou ceramista, porque tudo o que faço em termos de escultura é em cerâmica”.

O barro, diz, é um material que nos ensina uma grande lição sobre o ego. “Enquanto na escultura com outros materiais tu consegues controlar o resultado final, na cerâmica não. Comecei a perceber que existe todo um mundo

de vidrados. E que os vidrados são feitos de coisas naturais. Então comecei toda uma investigação química, eu sempre gostei bastante de química, e o meu estúdio é um laboratório de química”.

Inês Zenha revela que no início escondia o trabalho. “Tinha muita vergonha. Achava que era um trabalho infantil. Até quando vim à ARCOLisboa pela primeira vez, tinha algum medo de apresentar o meu trabalho. Porque sentia que não tinha nada a ver com a arte portuguesa. No sentido contemporâneo, mais atual.”

A participação na Arco Madrid através da galeria francesa que a representava foi um importante marco na sua carreira artística. “Foi na ARCOmadrid que muitas portas se abriram para mim. Tanto as instituições espanholas como os galeristas e o próprio mercado de arte espanhol se abriram bastante. Foi algo que eu não estava à espera.”

Sobre o futuro, Inês Zenha diz que vai continuar a trabalhar com cerâmica e a pintar. “São mundos diferentes, mas que se complementam. A pintura é um lugar onde sempre pude ser. Aliás, antes desta exposição, sempre senti que a pintura era quase um chamamento, que me permitia ser algo que não conseguia ser na realidade. Era quase um trabalho terapêutico. Sempre disse que as minhas pinturas tinham mais coragem do que eu. Hoje, posso dizer que estamos por igual.”

Já a cerâmica é outra história. “A cerâmica é algo muito mais visceral e lida mais diretamente com as dores provocadas pelo sistema. Daí os tubos. Acho que é um corpo a tentar libertar-se. São lugares diferentes.”

O fundamental, diz Inês Zenha, é continuar a fazer um trabalho “honesto”. “Eu sinto que tenho muita pressão. Com o sucesso vem muita responsabilidade. Tenho estado em sítios que me põem muita responsabilidade em cima e muita exigência. Eu só tenho três meses de produção para uma coisa enorme. E tem sido assim desde o início da carreira”, diz a artista. “Eu sinto que o meu lugar enquanto artista, não enquanto criadora, mas enquanto artista de profissão, é proteger o meu espaço criativo. E não deixar que essa pressão exterior retire a minha verdade, a minha essência. O trabalho tem que ser honesto, não pode ser forçado. Eu não quero ser uma impressora de objetos de decoração”.



O músico alemão FM Einheit e o curador Mathieu Copeland.

Arte que não convoca os olhos mas os ouvidos. Ou como fazer desenhos com a mente

SOM A *Exposição de um Sonho* pode ser experienciada até 22 de fevereiro de 2027. É a primeira mostra do programa de Sérgio Mah como diretor do Centro de Arte Moderna.

É um “segundo ato” de um projeto concebido originalmente pelo curador inglês Mathieu Copeland em 2017. *A Exposição de um Sonho* é uma escultura sonora apresentada pela primeira vez em Paris, na delegação francesa da Gulbenkian, após gravações feitas nos jardins da instituição em Lisboa, que incluíram o coro da Gulbenkian. “Pareceu-me que fazia todo o sentido o projeto ser apresentado no sítio onde ele teve origem”, diz Sérgio Mah sobre a sua primeira decisão em termos de programação enquanto diretor do Centro de Arte Moderna.

É uma exposição onde não há muito para ver, mas muito para ouvir e experienciar. “Foi aqui na Gulbenkian que começámos a trabalhar em conjunto com FM Einheit, um compositor e músico alemão fantástico e uma força da natureza”, sublinha Mathieu Copeland. FM Einheit fez parte de uma banda alemã de culto, os Einstürzende Neubauten.

“Esta exposição tem muitos pontos de entrada”, diz o curador. Foram convidados 16 artistas para escrever um sonho, entre eles os portugueses Gabriel Abrantes e Alexandre Estrela. “Um sonho que eles podem ter sonhado, um sonho falso, um sonho erótico, um pesadelo, todo o tipo de sonhos”. E a FM

Einheit foi pedido que transformasse os sonhos em músicas. “É uma oportunidade para experienciar uma exposição tal como se ouviria um disco em casa”, diz Copeland. Com uma nuance: cada música é tocada de acordo com mandalas, ou padrões, de seis artistas plásticos, entre eles Almada Negreiros. Ou seja, o som distribui-se pelos altifalantes de acordo com o sistema gráfico das mandalas.

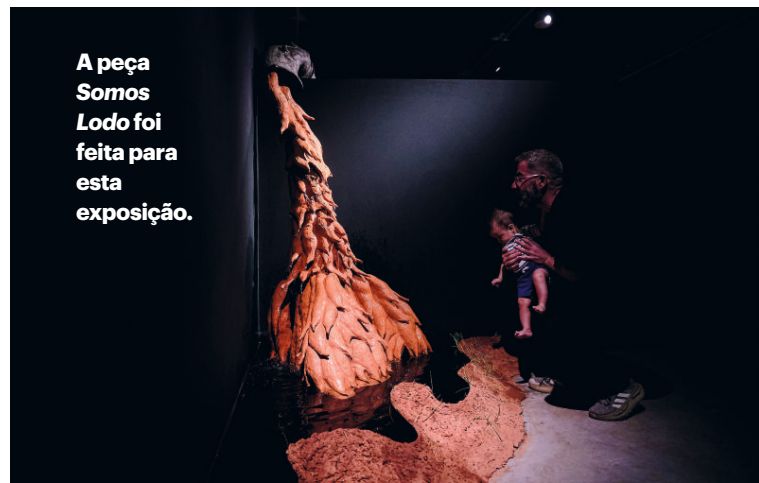
“O que se experiencia quando se vem à exposição são 16 sonhos, 16 músicas, mas também 16 formas em constante movimento”, sublinha o curador. A experiência dura três horas se acompanhada do princípio ao fim.

FM Einheit explica que foi um processo que envolveu várias fases e que culminou com “54 altifalantes e um percurso à volta das diferentes mandalas”. “A peça está em constante movimento. Se puder, deve ficar durante um tempo, deitar-se no chão [o espaço tem alcatifa] ou seguir o som à medida que marcha pela sala”.

A exposição ocupa todo o espaço. “Trata-se de uma primeira decisão, para mim importante, de que o Espaço Engawa passe a ser uma sala de exposições com o mesmo estatuto dos outros espaços no edifício do CAM”, diz Sérgio Mah (*ver entrevista na página seguinte*).



Triptico Águas Vivas, com figuras híbridas envoltas em névoa.



A peça Somos Lodo foi feita para esta exposição.

Sérgio Mah

“A coleção CAM vai ter uma presença importante no programa dos próximos anos”

GULBENKIAN Novo diretor diz que a coleção da instituição, onde predomina a arte portuguesa, “vai entrar por muitos espaços e não necessariamente só na Galeria da Coleção”. A ideia é “quebrar a rigidez” das várias salas.

TEXTO CARLA ALVES RIBEIRO

Diretor do Centro de Arte Moderna (CAM) da Gulbenkian desde maio deste ano, Sérgio Mah vai apresentar a nova programação da instituição no final deste mês, mas adianta ao DN algumas das suas prioridades. No dia 7 de novembro inaugura na Nave e Mezanino a exposição *Lugares que se Desenham*, de que será curador com Leonor Nazaré.

O Espaço Engawa vai mudar a funcionalidade que tinha, onde mostrava o processo criativo dos artistas, para ser apenas um espaço expositivo?

Exato, é um espaço expositivo. Isto não é nenhuma espécie de crítica aos projetos que foram feitos antes, eu acho que os projetos que são feitos para ali devem potenciar a natureza arquitetónica e a relação que aquele espaço tem com o exterior. Aliás, a própria palavra Engawa tem a ver com esta simultaneidade de estar dentro e fora, que é muito evidente naquele espaço.

A Nave e Mezanino passam a expor exclusivamente a coleção do CAM?

Não. A última exposição que encerra este último ciclo do ano vai ser uma exposição coletiva que terá lugar no grande espaço da Nave e do Mezanino, mas não é uma exposição permanente.

Mas esse espaço será sempre para apresentar exposições com a coleção?

Não. A coleção vai ter uma presença importante no programa dos próximos anos, mas entrarei mais em detalhe no final do mês, quando apresentar o programa. Ficarão completamente claras as novas orientações do CAM. Mas, já há bons anos que não havia uma exposição da coleção na Nave. Isso vai ocorrer, não sei se se vai repetir sempre, não é esse o modelo. Aliás, uma das ideias é quebrar a rigidez dos espaços. Portanto, a coleção vai entrar por muitos espaços e não necessariamente só na chamada Galeria da Coleção. Ela vai estar em muitos outros sítios e a ideia é ter uma relação dinâmica com a coleção e de como aquilo que nós temos na coleção se pode adaptar e potenciar a natureza das várias galerias do CAM e da fundação.

Acaba a estratégia da anterior direção de pôr artistas a olhar para a coleção em diálogo com o trabalho deles?

Sim, no próximo ano posso dizer que não vai haver uma exposição em que sejam artistas a olhar para a coleção, tirando uma exposição que ainda vem do programa da anterior direção, em que isso se mantém. Mas nos projetos que estou a pensar para os próximos anos isso não está a ocorrer. Não

quer dizer que não volte a acontecer, mas, mais uma vez, acho que a ideia é que devemos variar, ter uma abordagem dinâmica sobre a forma como nós trabalhamos a coleção. Podemos ter uma exposição com uma natureza mais historiográfica, outra pode ser mais temática, outra pode ser mais focada sobre um autor. A ideia é não termos um modelo regular na maneira como nós trabalhamos a coleção.

Vai apresentar a a programação brevemente, mas quais são as suas prioridades como diretor do CAM?

O CAM é uma instituição muito importante dentro da oferta museográfica em Portugal e certamente que continuaremos a dar

“Trabalhar a coleção, que é única no contexto português, é uma das nossas prioridades e está na vocação desta instituição. O CAM tem um papel muito importante na promoção e no estudo da arte portuguesa.



Sérgio Mah substituiu Benjamin Weil na direção do CAM.

LEONARDO NEGRÃO

uma grande atenção às figuras importantes da arte moderna e contemporânea. Outra, é trabalhar a coleção, que é única no contexto português. É uma das nossas prioridades e está na vocação desta instituição a ligação a essa coleção, onde predomina a arte portuguesa. O CAM tem um papel muito importante na promoção e no estudo da arte portuguesa. É um museu em que um desejo da sua programação é trabalhar, promover e escrutinar autores essenciais da nossa história.

A Sala Projeto manterá a sua vocação?

Não necessariamente. Cada ideia adapta-se e encontra o seu espaço e cada espaço também reclama um certo tipo de exposições. É esta dinâmica que nós queremos, e estamos a trabalhar em exposições em que há uma grande adequação das ideias com cada uma das galerias do CAM. Portanto, a ideia é quebrar alguma espécie de rigidez, em que naquele espaço teremos sempre este tipo de exposições, é sempre a coleção... Não, não vai ocorrer assim.

Haverá alguma articulação com o Museu?

Há uma grande sintonia de ideias e de relacionamento entre mim e o Xavier Solomon. Há partilhas e até questões operacionais dos dois museus, mas é uma coisa em que estamos efetivamente a tra-

balhar, conceber projetos em que vamos sobrepor as duas missões de cada um dos museus.

A exposição Águas Turvas já estava programada antes de assumir a direção. Já conhecia o trabalho de Inês Zenha?

Já conhecia o trabalho da Inês Zenha e tenho-o acompanhado. É uma das artistas que mostram a riqueza de uma nova geração de artistas em Portugal. Eu vi a exposição da Inês Zenha há alguns anos na Kunsthalle Lissabon, e achei uma exposição surpreendente. E eu acho que, não só do ponto de vista plástico, mas também conceptual, pela singularidade dos temas que aborda e da forma como os aborda, é um trabalho muito singular. E, ainda que seja uma exposição herdada, herdo-a com muito gosto.

O que nos pode dizer da exposição em torno da coleção que inaugura em novembro com curadoria sua e da Leonor Nazaré?

Ela já está na agenda, o título é *Lugares que se Desenham* e são uma série de artistas que trabalham com a ideia do território, com a noção antropológica do lugar, ou porque trabalham sobre tipologias de lugar ou porque a natureza do trabalho manifesta uma ideia de edificar, de estabelecer limites, que está na própria raiz da palavra e dos significados ligados à noção de lugar.

LIVROS DA SEMANA

Pai na Terra e filha em Marte

A peça *A Distância* de Tiago Rodrigues já tem a versão livro. Uma leitura vertiginosa sobre uma crise geracional num futuro que é demasiado atual.

TEXTO **JOÃO CÉU E SILVA**

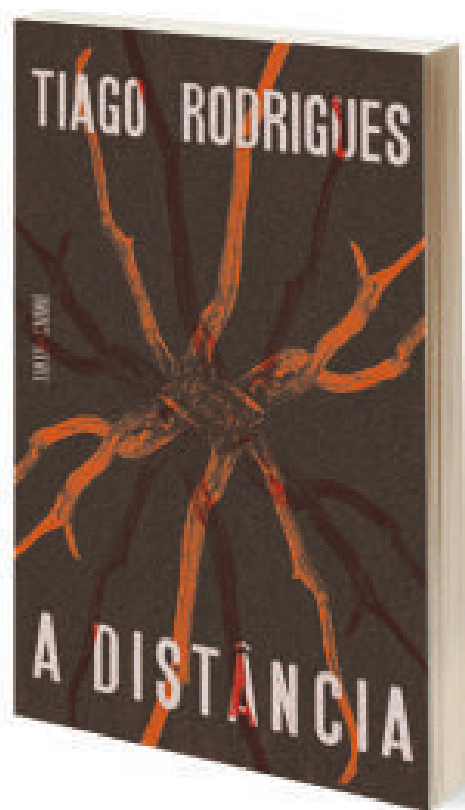
É impossível fugir ao formato teatro quando se lê o novo texto de Tiago Rodrigues, *A Distância*, porque a marcação está bem presente, mesmo que o leitor desconheça que o cenário possa ser uma base circular que roda e vai dando vez a dois atores para as suas falas. A verdade é que este novo livro, que poderia ser uma exceção, imprime o texto da peça de teatro que esteve até ontem em Lisboa e estará alguns dias em Guimarães, sempre com salas esgotadas, situação que vai obrigar o leitor que não conseguiu bilhete a usar a imaginação. Que nem é assim tão necessária porque o texto, além de fundamentalmente teatral, é tão cinematográfico e literário que se interioriza rapidamente o que se estaria a passar no palco e torna desnecessário qualquer visualização. Ou seja, para os leitores, o livro *A Distância* dispensa outras modalidades.

A Distância conta a história de uma filha que decide partir para Marte sem avisar o pai e este é confrontado com uma decisão que o coloca perante a impotência total; resta-lhe a tentativa de fazer com que a filha desista, depois os lamentos, o dar a volta através das memórias e a perda definitiva. Diga-se que o assunto teria tudo para raiar a lamechice e o verter de abundantes lágrimas, no entanto o que acontece ao leitor é sentir-se como num tribunal a ouvir a defesa e a acusação e dividir-se entre argumentos do pai, Ali, e da filha, Amina. Sendo que tudo se passa entre dois planetas do sistema solar e não por aqui.

O facto de conter alguma ficção científica para dar corpo à história também poderia resultar num tratamento literário conflituoso, contudo esse é um pano de fundo que não preocupa o leitor. Certo que tudo poderá acontecer da forma como o dramaturgo relata, sendo que a introdução de um tempo vertiginoso que acelera as comunicações Terra-Marte faz com que não exista possibilidade

de o leitor se desfocar do que se passa nas páginas do livro.

Tiago Rodrigues estranha que exista uma editora, a Tinta da China, que mantenha uma coleção de teatro. Também estranha que os textos que escreve para teatro sejam transformados em livro e que haja quem considere essa situação como obrigatória. Explica: “Continuo a manter grandes reticências sobre a ideia de ver um texto num livro com o nome na capa como se fosse um autor a sério. No entanto, a experiência tem-me dito que é no livro que fica a arqueologia e a consequência daquilo que foi o espetáculo.” Acrescenta que após a edição de duas peças anteriores, *Catarina e A Beleza de Matar Fascistas* e *Na Medida do Impossível*, sente que se pode praticar uma outra proximidade através do texto: “Na sala de teatro, o público compra o bilhete e oferece o tempo aos artistas; já no contacto com o texto em livro, o público tem outra relação no que respeita ao tempo, talvez mais literária, solitária e menos



A DISTÂNCIA
Tiago Rodrigues
Tinta da China
55 páginas

política, mas com uma outra profundidade e a possibilidade de controlar o tempo no ato da leitura. Ou seja, o texto pode ter outra vida e esse encontro com o público fora do palco pode ser uma porta de entrada no teatro.”

A experiência da escrita de uma peça é para Tiago Rodrigues um trabalho mais coletivo do que se imagina, como refere: “Deve muito a muita gente, mas primeiramente às pessoas que participam na construção do espetáculo”. No caso de *A Distância* aponta os atores que representam este texto, Alison Deschamps e Adama Diop,



Tiago Rodrigues regressa com um tema inesperado.

que participaram nas discussões e reflexões que lhe deram origem: “O texto é escrito durante os ensaios e, portanto, é muito enformado pelas nossas conversas, bem como resultado de um encontro não só artístico e profissional, mas também humano. Ou seja, tento que o espetáculo e o texto sejam uma fotografia sincera, mesmo que metafórica, do que foi estarmos juntos a construir um espetáculo.”

Revela sobre a elaboração de *A Distância*: “A minha filha Beatriz esteve sempre próxima durante a escrita, fosse fisicamente ou à distância. Seria incoerente que um espetáculo sobre um pai que ficou no planeta Terra em 2077 enquanto a filha partiu para Marte não necessite de um diálogo pessoal e íntimo como é o da nossa relação de amor filial.” Quanto à origem do texto, Tiago Rodrigues regressa à importância da filha na sua concepção: “Posso partir para os meus projetos com algumas ideias, mas são sobretudo as pessoas que me rodeiam que estão na sua origem. Fazer teatro exige muito de nós em termos profissionais e artísticos, mas também de sociabilidade e de entrega aos outros. No trabalho artístico há sempre essa vulnerabilidade e em *A Distância* não faltou quando decidi voltar a trabalhar com o ator Adama Diop e nos debates sobre o que tínhamos em comum e nos interessava trabalhar enquanto artistas; por exemplo, a distância em relação aos nossos países de origem, a pessoas, amigos e família que nos são muito próximos e se mantêm próximos mas à distância. Daí que um dia surgisse a ideia sobre um pai e uma filha que estavam mesmo muito separados, que exigiu uma rutura na forma de ver o mundo: ela acha que é preciso mudar o mundo, ele acha que já não é possível. Numa descrição muito simplista, estas são as duas visões filosóficas e quase antagónicas que estão presentes, só que num conceito futurista da colonização de Marte.”

● LANÇAMENTO



A CONSCIÊNCIA PESADA DOS FÍSICOS
Carlo Rovelli
Penguin
105 páginas

● UM LEGADO ATERRADOR

O físico italiano Carlo Rovelli tem vindo a publicar vários livros sobre a sua área de estudo, no entanto outras preocupações próprias do tempo em que todos vivemos fizeram com que alterasse, ou sublinhasse, a necessidade de um desvio no tema principal dos seus livros. Daí que Rovelli coloque em *A Consciência Pesada dos Físicos* um subtítulo inesperado: *Um manifesto antinuclear*. Recorre a um facto que considera perigoso no atual estado do mundo, o da possibilidade de uma situação desembocar em conflitos para que não há volta a dar a não ser uma grande destruição do planeta e dos seus habitantes. Em oposição ao “equilíbrio do terror” feito pelas potências que possuem a bomba nuclear, Rovelli desmonta o erro que é esta “lógica de dissuasão” e para tal regressa aos primórdios do tempo nuclear: recupera a descoberta de Enrico Fermi que permitirá criar a bomba, o encontro entre Niels Bohr e Werner Heisenberg numa recriação do clima internacional inflamado como é o de hoje. Situações, entre outras, que desaguarão numa sucessão de mal-entendidos e más escolhas e que fazem com que o físico receie uma repetição da tragédia nuclear na atualidade, após os físicos teóricos terem oferecido à humanidade o presente envenenado que é o arsenal atómico.



EPA/JOSÉ COELHO

O momento em que Gabri Veiga faz passar a bola por cima da perna de Samuel Soares e faz o 1-0.

FC Porto vence Benfica e segue como líder invicto

CLÁSSICO Gabri Veiga, Froholdt e Hwang marcaram os golos do triunfo portista na 7.ª jornada da I Liga. Expulsão de Lenglet prejudicou as águias.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

O FC Porto venceu o Benfica (3-1), no primeiro clássico do campeonato, ontem, no Estádio do Dragão. Gabri Veiga, Froholdt e Hwang marcaram para os golos do campeão nacional, enquanto Alexander Bah fez o golo visitante. Os ingredientes estavam todos lá. Além de uma rivalidade histórica bem patente na tarja com que os adeptos brindaram os visitantes, lembrando que o FC Porto é o clube com mais troféus em Portugal (88 contra 87 do Benfica), o primeiro clássico da época 2026/27 colocou frente a frente a melhor defesa do campeonato, a do FC Porto, e o melhor ataque, o do Benfica. E o resultado foi um grande jogo, carregado de emoção e polémica para dar e vender. O regresso de Victor Froholdt

foi a grande novidade de Francesco Farioli para a receção ao Benfica de Marco Silva, que tentou surpreender com Sudakov, que só jogaria 35 minutos. Depois de um início mais fulgurante do Benfica, com Rafa a criar desequilíbrios e Prestianni a criar oportunidades de golos, o FC Porto tomou conta da partida e adiantou-se no marcador com um golo cheio de classe de Gabri Veiga, que aos 31 minutos desviou a bola para a baliza de Samuel Soares. A perder e reduzido a 10 devido à expulsão de Clement Lenglet, que se tornou na expulsão mais precoce de sempre de um benfiquista num Clássico, Marco Silva sacrificou Sudakov aos 35 minutos para fazer entrar Circati e devolver o equilíbrio à equipa. Antes do intervalo, Samuel

Soares ainda se mostrou ao selecionador Jorge Jesus com uma dupla defesa, a impedir William Gomes de marcar. No regresso do intervalo, Bah apareceu a desviar de cabeça, após uma grande jogada de Prestianni. Mas quase nem deu para festejar o empate. Froholdt, ele que voltou à equipa após cumprir o protocolo de ausência forçada após perder os sentidos num jogo, voltou a colocar os dragões em vantagem. E Hwang Inbeom, que tinha entrada para o lugar de Gabri Veiga fez o 3-1 logo de seguida, num jogo em que o portista Samu voltou aos relvados, sete meses depois de uma grave lesão. O FC Porto segue assim líder da I Liga 2026/27, com 21 pontos em sete jornadas, enquanto o Benfica é 2.º com 16 pontos.



**Lamirés
Rui Frias**

O primeiro-ministro no seu labirinto

A declaração de Luís Montenegro ao país na última quinta-feira, em pleno horário nobre televisivo, mostrou-nos um primeiro-ministro preso no seu labirinto. Perante um cerco que se vai apertando por todos os lados, emparedado entre o custo de vida, as contas públicas, a pressão interna por reformas estruturais e sondagens cada vez mais negativas, Montenegro jogou a cartada da responsabilidade e agitou fantasmas do passado – das “borlas” de Sócrates, que precipitaram a chamada da *troika* no auge da crise de 2011, até à austeridade que Passos Coelho implementou e que, assegura, se recusará a replicar.

O Governo respondeu à pressão sobre o rendimento das famílias com um pacote de cerca de 800 milhões de euros, combinando uma redução do IRS para a classe média e um suplemento extraordinário para pensionistas, além das medidas dirigidas aos setores mais atingidos pela subida dos combustíveis. Mas mantém a recusa de baixar o IVA dos alimentos ou da gasolina e do diesel, invocando a necessidade de preservar a sustentabilidade das contas públicas e evitar o regresso aos défices, como reforçou este domingo o ministro das Finanças.

É um facto que uma resposta demasiado “ousada” hoje pode significar um apertar do cinto amanhã, sobretudo num país vulnerável a uma crise económica internacional e ao aumento dos custos energéticos. Mas há também um lado político nesta equação, e é aqui que começa o verdadeiro dilema de Montenegro: uma explicação sobre sustentabilidade orçamental é bem menos perceptível do que o preço da gasolina, do gásóleo ou dos alimentos com que nos defrontamos todos os dias e que vão ajudando a decidir as intenções de voto expressas nas sondagens que têm castigado o Governo.

Ao mesmo tempo, tem Passos Coelho a fazer o papel do “grilo falante”, uma voz que “teima” em não se calar, constantemente a pedir reformas, produtividade, ação, numa altura em que o Diabo (uma nova crise global) pode mesmo estar aí ao virar da esquina.

Enquanto isso, a ação do Governo parece resumida a uma gestão de danos: responde à oposição sobre os combustíveis, às sucessivas polémicas sobre os ministros, às críticas internas, às sondagens, enfim, passa demasiado tempo a explicar o que não pode fazer e pouco tempo a mostrar o que quer fazer.

A saída deste labirinto exigirá mais do que isso. Passará por recuperar a iniciativa política, voltar a definir os termos do debate, recuperar espaço político entre PS e Chega.

No fundo, o Governo precisa de uma nova narrativa mobilizadora, de uma agenda clara que possa inspirar confiança e esperança para o que resta da legislatura, sem descurar os problemas reais do dia a dia. E, para isso, não basta Montenegro dizer que não vai ser “o pai da austeridade”, nem “reeditar tragédias” do passado. É curto.

Editor-executivo do Diário de Notícias



Conselho de Administração Luís Figueiredo de Barbedo Trindade (Presidente), Kevin King Lun Ho, Vitor Manuel Almeida Santos de Menezes e António Manuel Mendes Ferreira
Direção Filipe Alves (Diretor Geral Editorial), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos), Cecília Carmo e Margarida Vaqueiro Lopes (Subdiretoras)
Data Protection Officer Ricardo Ferro
Direção Jurídica Rita Cabral
Propriedade Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Sede: Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa
Redação: Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º – 1250-166 Lisboa Tel.: 213876679
Recursos Humanos Ricardo Ferro
Controller António Ribeiro da Cunha
Direção Comercial Daniel Barata, Pedro de Almeida Lima (Coordenador)
Detentores de 5% ou mais do capital da empresa: Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNU Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74%
Impressão Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia)
Distribuição VASP; Registado na ERC com o n.º 101326.
Depósito legal 121 052/98
Assinaturas 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



5 605290 023012